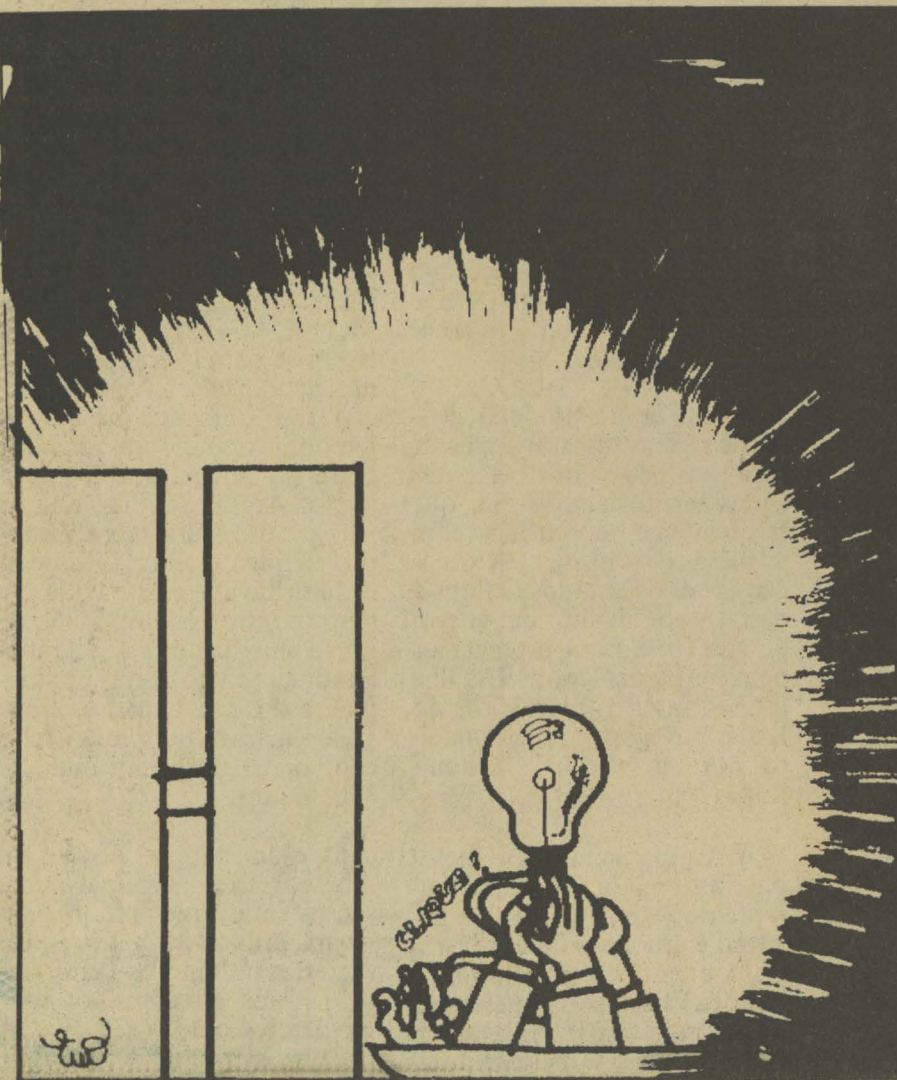
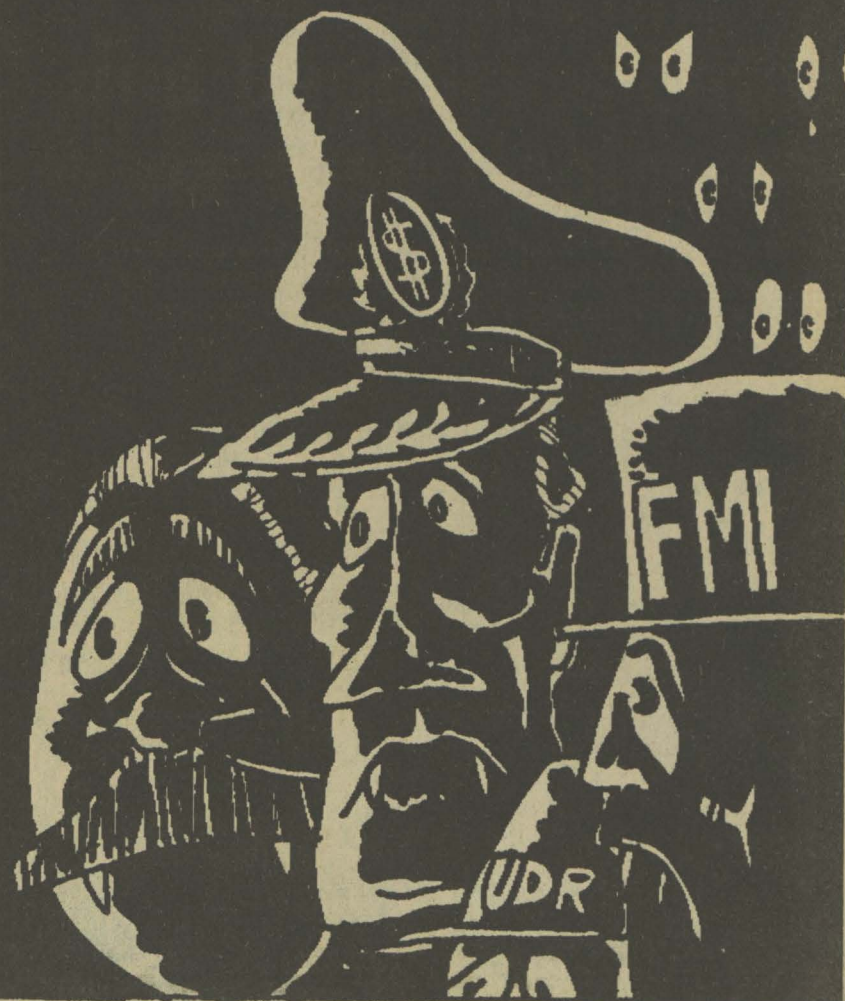


Quem tem medo do parlamentarismo?



Há algo por trás dos recentes adiamentos nos trabalhos da Constituinte: os conservadores temem que a nova Constituição inclua algumas brechas capazes de pôr em risco o projeto político e econômico que querem implantar no país. A mais importante dessas brechas é o parlamentarismo. Veja na página 3 as manobras que o Palácio do Planalto desenvolve para derrotá-lo, propondo inclusive o "parlamentarismo gradual". E saiba, através da Opinião Parlamentar do deputado Eduardo Bomfim, quais os pontos que os parlamentaristas progressistas combinaram defender conjuntamente, nas votações da Comissão de Sistematização.



EDITORIAL

Tramóias da reação

O governo percebeu que as ameaças e manobras empregadas até o momento, não foram suficientes para deter a maré parlamentarista na Assembléia Constituinte. E sabe que este resultado é fruto da pressão democrática das massas trabalhadoras. Embora menos organizada do que a situação exige, a mobilização da opinião pública é uma força decisiva no sentido de se instituir um sistema de governo sem a centralização absurda de poderes nas mãos do "imperador" presidente.

Está em curso uma nova ofensiva reacionária com duas componentes: por um lado foi adiado o prazo para apresentação do relatório na Comissão de Sistematização, visando encontrar uma "solução negociada" e, por outro, novas baterias são assestadas contra os comícios pelas diretas em 88.

A tal negociação não passa de farsa. Fala-se em parlamentarismo gradual, que não resiste a um sopro. É apenas uma tentativa desonesta de ganhar tempo e procurar, na prática, através de medidas no âmbito da legislação ordinária, e outras falcatruas, burlar o parlamentarismo.

Quanto aos comícios a sabotagem é flagrante. Pressionando setores mais vacilantes, procura-se dar a impressão de que a campanha não tem fôlego e, além disto, adiar ao máximo as datas de sua realização. Com isto procura-se afastar o povo das ruas neste período decisivo de votação na Comissão de Sistematização.

Mas a articulação direitista vai mais longe. Ela passou a contar com a colaboração aberta de Leonel Brizola. Este senhor resolveu tumultuar os comícios com provocações, atacando todos que não rezam por sua cartilha — principalmente os comunistas. E, ao perceber que esta atitude encontra viva condenação das mais diversas correntes progressistas, anunciou que se retira da campanha unitária. Promete fazer seus

próprios comícios, tendo como centro a defesa do presidencialismo — para regozijo dos militares e de José Sarney. Ao mesmo tempo, para ocupar espaço nos jornais, o ilustre caudilho manda que lancem sua candidatura para prefeito do Rio. Fica evidente que ele jamais lutou de fato por diretas-já ou em 88 e sim por "Brizola sempre".

Todas estas tramóias precisam encontrar urgente resposta dos verdadeiros democratas — inclusive dos que militam nas fileiras do PDT. Os comícios, diante de obstáculos incalculáveis que têm sido colocados para sua realização, têm demonstrado o enorme potencial latente no movimento popular. E, apesar dos adiamentos, ainda cumprirão papel de destaque na elaboração da nova Carta Magna. A experiência mostra que sempre que o povo se ausenta das praças públicas a democracia pode ser golpeada com mais facilidade pelos reacionários.

Não obstante as dificuldades criadas pelas sucessivas dilatações dos prazos na Constituinte, e pelo fato da votação se estender agora do dia 24 até 8 de outubro, todos os esforços para que as caravanas populares se dirijam a Brasília devem ser feitos. Seria incompreensível, nesta hora tão importante, o povo brasileiro permitir que as coisas se resolvessem através de manobras de bastidores, frustrando os direitos dos trabalhadores e os interesses nacionais.

A batalha da Constituinte se acirra. Todas as reservas estão sendo colocadas em campo. A questão do sistema de governo revela-se como o ponto onde se afunilam os confrontos com a reação. O governo joga tudo para impedir que a mudança para o parlamentarismo se transforme numa conquista de grande significado para a democracia. As massas trabalhadoras precisam ir a Brasília e fazer valer as suas opiniões.

Brizola ataca as diretas novamente

Leia na página 3 a reportagem sobre o comício de Porto Alegre. Foi uma grande festa, mas adivinhe quem atrapalhou de novo.

Pistolagem em Goiás gera grandes lucros

O deputado do bloco popular do PMDB Edmundo Galdino, denuncia os crimes do latifúndio e propõe soluções. P.8

O avanço da recessão e do desemprego em todo o país

São vários os indicadores do agravamento da crise econômica, consequência direta da política entreguista do governo Sarney. P.4

Luta salarial dos bancários entra na fase decisiva

Passada a data-base da categoria, ainda não houve acordo com a Fenaban. Já no Banco do Brasil, bancários obtêm 39% de reajuste. Pág. 6.



Logo depois da chacina os corpos crivados de balas e mutilados ficaram espalhados pelas ruas

MASSACRE DE SABRA E CHATILA
Uma agonia que se prolonga

Após 5 anos, os sionistas ainda reprimem quem protesta contra a chacina de palestinos. P.5

CHILE

Pela democracia

Realizou-se no início do mês, em Santiago, a II Assembléia Parlamentar Internacional pela Democracia no Chile, com a presença de 120 deputados representando 23 países. Convidada pela “Esquerda Unida”, Jandira Feghali, do PCdoB do Rio de Janeiro, era uma das quatro deputadas presentes ao evento e lá esteve compondo a delegação oficial da Assembléia Legislativa de seu Estado, juntamente com os deputados Carlos Minc (PT/PV) e Milton Temer (PSB), prestando solidariedade ao povo chileno em sua luta pela derrubada da ditadura Pinochet. A delegação do Rio de Janeiro representou também o primeiro comitê parlamentar de apoio ao povo chileno, fundado no dia 5 de Agosto, cujo manifesto ressalta como pontos fundamentais, entre outros:

Defender o retorno a um governo constitucional, legitimamente eleito pelo voto secreto e universal;

Defender a ampla liberdade de opinião, organização e circulação, o livre funcionamento dos partidos políticos, sindicatos e entidades populares;

Defesa dos princípios da amizade entre os povos, da paz mundial, do respeito à sua autodeterminação e de sua independência diante das superpotências.

Em Santiago, além de participar da assembléia, os parlamentares fluminenses visitaram presos políticos como Clodomiro Almeida (coordenador nacional do Partido Socialista) e Juan Plabo Cardenas (diretor da revista de oposição “Analisis”). Também fizeram contato com a Associação de Familiares de Desaparecidos e Condenados à Morte, bem como a Fedefam (Federacion Latino-Americana de Asociaciones de Familiares de Detenidos Desaparecidos). Foram feitas graves denúncias sobre as atrocidades da ditadura Pinochet, destacando-se a cifra de 2.500 desaparecidos e 15 presos políticos condenados à morte.

ELEIÇÕES LIVRES

Essa foi a grande bandeira da assembléia parlamentar internacional, representando o retorno a um processo de democratização. Vários parlamentares se posicionaram na assembléia denunciando o pa-

pel repressivo e entreguista das Forças Armadas chilenas. Para se ter uma idéia do que é hoje a penetração do capital internacional nesse país, basta dizer que 70% da economia estão desnacionalizados e o desemprego é crescente notadamente entre a classe operária.

SOLIDARIEDADE

Diante desse quadro de repressão política, desrespeito aos direitos humanos e arrocho salarial sobre os trabalhadores, a deputada Jandira Feghali pronunciou-se ressaltando o princípio partidário do internacionalismo, que chama os povos à unidade e cooperação na luta contra o fascismo e a repressão. Particularmente no caso do Brasil e do Chile, a luta pela democracia tem um inimigo comum — o militarismo. Os militares chilenos garantem hoje, entre outras coisas, o fechamento do Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que formam uma junta para governar o país. A deputada ressaltou a necessidade de elevar-se o nível de consciência do povo brasileiro quanto à solidariedade ao chileno, papel que deve ser desempenhado e concretizado não só pelos partidos políticos comprometidos com a democracia, como também pelos comitês de solidarieda-

de. Em nome do Comitê de Solidariedade Parlamentar do Rio de Janeiro, a deputada comunista ressaltou os seguintes pontos do manifesto:

- Exigimos que o Brasil — grande exportador de armas — cesse totalmente as vendas ao governo Pinochet;
- O Brasil vota contra o relatório anual da ONU sobre as violações dos direitos humanos no Chile, superando até mesmo o voto de Reagan (abstenção), exigimos nesse ano um voto de clara condenação ao regime Pinochet;
- Direito de asilo: exigimos o reconhecimento pelo governo brasileiro da condição de asilados aos exilados chilenos no Brasil;
- Repatriação dos corpos dos brasileiros assassinados no Chile.

DELIBERAÇÕES

Em linhas gerais, os parlamentares de todo o mundo reunidos em Santiago levantaram os seguintes pontos:

- Suspensão da pena de morte;
- Liberdades políticas de expressão e organização;
- Revelação do paradeiro dos presos políticos;
- O desaparecimento de pessoas durante o regime de Pinochet deve ser considerado crime de lesa-humanidade.



No dia 11 de setembro, a ditadura implantada pelos militares em 1973 no Chile, encabeçada pelo sinistro general Pinochet, completou 14 anos. Uma data cruel, que marca ainda o assassinato do ex-presidente Salvador Allende. Em vários países, esses episódios foram lembrados e repudiados por forças democráticas e populares.

No Brasil, várias entidades organizaram dia 11 uma passeata na avenida Paulista, exigindo um “Chile livre, democrático, sem exilados, sem presos políticos”, conforme mostra a frase da faixa na foto acima, concluída com um indignado “fora Pinochet”!



A deputada Jandira Feghali (PCdoB, RJ) participou da Assembléia Parlamentar pela Democracia no Chile

LAMIA

Atentados na prisão

A brasileira Lamia Hassan, descendente de palestinos condenada à prisão perpétua pelo governo racista de Israel, já sofreu três atentados na prisão depois de seu julgamento, ocorrido dia 28 de abril deste ano. De acordo com informações de seu irmão, Taicir Abdala, que mora em São Paulo e lidera a campanha de mobilização pela libertação de Lamia, “foram os próprios soldados da penitenciária onde

ela está presa que tentaram matá-la, com água fervendo”.

Taicir e os parentes de Lamia no Brasil estão empenhados, atualmente, junto com o advogado Airton Soares (ex-deputado federal do PMDB), em sensibilizar o Itamaraty no sentido de intervir junto ao governo israelense para a libertação da prisioneira. Lamia foi condenada à prisão perpétua por um tribunal militar,

sob a acusação de que teria participado de uma ação contra o Exército israelense na Cisjordânia em 1984, quando tinha apenas 19 anos. Sua filha, de 3 anos, foi enviada para seus avós no Brasil. Na verdade, o caso tem sido utilizado para “intimidar todos os estrangeiros que participam da luta de resistência na Cisjordânia ocupada”, como observa seu irmão, Taicir Abdala.



A revolução iraniana foi bloqueada, o fanatismo explorado por Khomeini abriu caminho a um regime obscurantista

ORIENTE MÉDIO

A mão do imperialismo

Uma região onde se concentram as manobras das potências da Europa Ocidental (Inglaterra e França), a URSS e os Estados Unidos: o Oriente Médio é, hoje, a área de maior tensão guerreira do mundo.

Os países do Oriente Médio têm uma característica comum: são riquíssimos em petróleo, sendo por isso assediados pelas potências imperialistas. Alguns daqueles países foram colônias dos países europeus. Entretanto, os seus processos de libertação não significaram, na maioria dos casos, uma ruptura com as ex-metrópoles.

O fato mais marcante nos últimos anos nesta região vem sendo a guerra entre Irã e Iraque, no Golfo Pérsico. Os dois países que já entraram em conflito num passado remoto, quando eram Pérsia e Babilônia, hoje gastam enormes quantias para manter uma guerra que aparentemente não tem fim.

IRÃ X IRAQUE

O Irã passou por um processo revolucionário, em 1979, que derrubou a ditadura do xá Reza Pahlevi. O centro deste movimento foi a oposição ao imperialismo norte-americano que mantinha o xá no poder. Por isso, a revolução iraniana contou com o apoio não só dos xiitas, mas dos comunistas e de setores da burguesia local.

O Iraque, outra ponta do imperialismo norte-americano, assim que a revolução triunfou, invadiu o Irã. O povo iraniano, com a mesma disposição que foi à revolução, defendeu o país. A partir daí originou-se a guerra que dura até hoje.

Entretanto, as características da guerra hoje são bastante diferentes. A revolução iraniana não foi adiante. O governo, liderado pelo aiatolá Khomeini, traiu as reivindicações levantadas pelo povo, como a reforma agrária, além de perseguir e reprimir brutalmente outros setores que participaram da frente revolucionária, especialmente os comunistas. Implantou-se no Irã um regime obscurantista, anti-povo. Hoje, o projeto de Khomeini é consolidar uma República Islâmica no Irã e implantar outras do gênero nos países vizinhos.

Já o Iraque possui uma tecnologia bélica superior à iraniana, mas tem a desvantagem de possuir um território menor, bem como uma população menos numerosa (14 milhões contra 50 milhões do Irã). E os iranianos permanecem mobilizados pelo fanatismo religioso.

No momento, a ONU tenta uma solução negociada na região, com uma autodenominada missão de paz dirigida pelo secretário-geral, Javier Perez de Cuellar. Não obstante os imperialistas terem aprovado uma resolução de paz no Conselho de Segurança da ONU, articulam nos bastidores e incitam mais ainda a guerra. Por isto, continuam as manobras no Golfo Pérsico.

OS DEMAIS PAÍSES ÁRABES

O jogo dos imperialistas no

O Oriente Médio prossegue com os governos fantoches árabes. Destes, o mais descarado é o Kuwait. Este pequeno país é, essencialmente, um poço de petróleo, que abastece os EUA. Age como ponta de lança do imperialismo norte-americano na região.

Devido à sua posição geográfica, é obrigado a passar com seus petroleiros perto das águas territoriais do Irã, que frequentemente ameaça com as minas e os mísseis. A situação levou os Estados Unidos a destacarem navios de guerra de sua frota para proteger os petroleiros do Kuwait. Detalhe interessante: os petroleiros do Kuwait navegam com a bandeira norte-americana. Assumiram o que são...

A Arábia Saudita é o maior país da região. Também bastante rico em petróleo, seu governo é ardoroso defensor dos EUA e tem desenvolvido uma política bastante condenada pelos palestinos, que lutam contra Israel, e pelos iranianos, após o massacre de Meca.

Os demais países (Egito, Sudão, Emirados Árabes, Omã e Iêmem do Norte) são todos aliados dos EUA.

Um caso à parte é o governo da Líbia, de Muamar Kadhafi. Conduzido ao poder por um movimento que derrubou a monarquia, Kadhafi atua hoje sob a orientação do governo soviético. Suas posições aparentam ser guiadas por um nacionalismo radical, mas não têm muita consequência. Apoiou a revolução iraniana e critica a guerra do Golfo. Também ataca sistematicamente as ingerências dos Estados Unidos na região, mas silencia sobre as investidas imperialistas da URSS. A Líbia foi vítima de violentas agressões desencadeadas pelo governo Reagan.

Finalmente, há o Estado de Israel, criado após a 2ª Guerra Mundial. É um Estado racista, altamente militarizado e expansionista. Contra ele, lutam os bravos palestinos, organizados na OLP (Organização para a Libertação da Palestina).

O ISLAMISMO

Presente em todos os países,

o islamismo é a religião dos povos árabes, com seus princípios fundamentados no Corão, tendo como deus único Alá, e profeta Maomé. A cidade sagrada dos islamistas é Meca, onde está a mesquita de Maomé. Os fiéis da religião dirigem-se para lá como peregrinos anualmente. A peregrinação dos iranianos há pouco tempo, proporcionou um massacre da polícia árabe (Meca fica na Arábia Saudita) pois os peregrinos exaltavam a figura do seu líder, o aiatolá Khomeini, e gritavam palavras de ordem contra o imperialismo norte-americano. A Arábia Saudita, como boa companheira dos EUA, não teve duas vidas: massacrando a manifestação, onde morreram mais de 450 crentes.

O islamismo se divide em duas correntes principais: uma são os xiitas, que predominam no Irã, Iraque e Líbano. Se caracterizam como os mais “radicais”, os mais fiéis aos princípios do Corão.

Os sunitas não têm diferenças fundamentais dos xiitas, mas são considerados menos ortodoxos. Predominam nos demais países árabes.

OS INTERESSES EM JOGO

A guerra do Golfo Pérsico não passa de um jogo sujo das superpotências. Chega ao ponto dos Estados Unidos apoiarem oficialmente o Iraque, sem ter relações diplomáticas com este, mas também vender armas para o Irã, como ficou evidenciado no escândalo Irã-contras. Recentemente, houve denúncias na Inglaterra que fábricas de armamentos estariam vendendo munições ao Irã, contrariando a posição do governo britânico, também favorável ao Iraque. Assim, a guerra do Golfo Pérsico é um negócio superlucrativo para as potências, ainda que custe milhares de vidas inocentes.

Por outro lado, os governos árabes estão como servos do imperialismo. Países riquíssimos em petróleo, têm, contudo, povos vivendo na miséria. A estrutura social destes países se assemelha muito com o feudalismo, com uma casta nobre vivendo em alto luxo, e o povo na pobreza. (Dennis de Oliveira)

Tribuna Operária

Semanário Nacional

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

Anual ☐ (52 edições) Cz\$ 1.500,00
Anual popular ☐ (52 edições) Cz\$ 750,00
Semestral ☐ (26 edições) Cz\$ 750,00
Semestral popular ☐ (26 edições) Cz\$ 375,00
Anual para o exterior (em dólares) ☐ US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — S. Paulo

CEP. 01318

CONSTITUINTE

A direita teme o confronto

No último dia 14 o deputado Ulysses Guimarães provocou uma nova alteração no cronograma de trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, ao adiar pela segunda vez o prazo concedido ao deputado Bernardo Cabral para que apresente o projeto de Constituição que será votado na Comissão de Sistematização. Cabral, que deveria concluir seu trabalho na terça-feira, conseguiu o direito de fazê-lo até a meia-noite de sexta.

BUSCA DE CONSENSO ESCONDE O MEDO

Ao mesmo tempo, prosseguiram as múltiplas e intermináveis negociações que vêm sendo entabuladas há meses nos corredores da Assembléia, e que adquirem um ritmo ainda mais intenso à medida em que a Constituinte entra em suas fases mais importantes. Enquanto o presidente Sarney jogava duro, e demonstrava confiança na aprovação do presidencialismo, alguns de seus emissários faziam intensos contatos com forças vacilantes, insistindo especialmente na tese de que é preciso chegar a **posição de consenso** em relação aos temas mais polêmicos. Um amplo espectro de forças de direita e de centro, que inclui o grupo de Ulysses e outros setores do PMDB parece ter-se sensibilizado com este tipo de argumento.

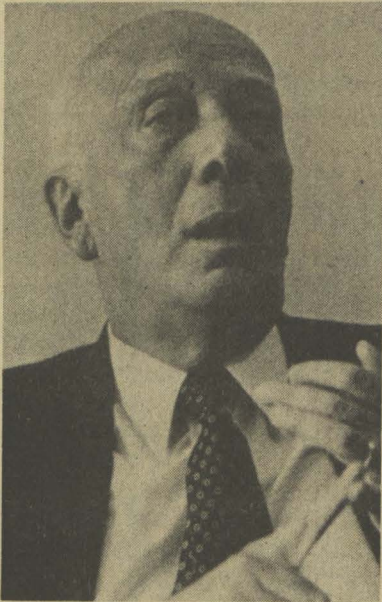
Por trás dos apelos à promoção do “consenso” parece haver na verdade uma boa dose de insegurança. Ainda que o posicionamento da Constituinte tenha sido até o momento nitidamente conserva-

dor, a direita assusta-se com a possibilidade de ser derrotada em algumas questões importantes.

Numa conjuntura marcada pela instabilidade, a aprovação de um algumas teses progressistas poderia ser suficiente para colocar em risco o projeto político e econômico que os conservadores esforçam-se por implantar no país.

PARLAMENTARISMO, O PONTO-CHAVE

O ponto que mais preocupa essa forças é o sistema de governo. Como nos últimos dias foi ficando cada vez mais claro que a maioria dos constituintes inclina-se pela aprovação do parlamentarismo, e que a adoção pura e simples do presidencialismo vai se tornando cada vez mais complicada, uma parte da direita passou a propor um **parlamentarismo**



Ulysses e Cabral: em busca de um “consenso” impossível

gradual. A Assembléia aprovaria a mudança do sistema de governo, mas estabeleceria um longo calendário para concretização dessa mudança. Durante três anos o presidente manteria pelo menos parte de seus poderes atuais, e só então o parlamentarismo entraria em vigor em sua plenitude. Estaria sujeito, nesse período, à ocorrência mais que previsível de crises institucionais.

A DIREITA NÃO É MAIS TÃO FORTE

Foi a tentativa de chegar a esse tipo de acerto e de unir em torno dele os indecisos que motivou o novo adiamento, na semana passada. Não deixa de ser significativo. A direita, que em tempos anteriores prometia **passar o rolo compressor**, precisa agora recorrer a manobras regimentais para tentar fazer valer suas posições.



15 mil prestigiaram o comício, que reuniu ainda um amplo leque de forças no palanque. Só Brizola atrapalhou.

DIRETAS-88

O ato de P. Alegre

Realizado no último dia 11, o comício por diretas-88 de Porto Alegre reuniu 15 mil pessoas e contou com um amplo leque de forças políticas no palanque, incluindo o governador Fernando Collor, de Alagoas e nomes representativos do PMDB gaúcho. Foi uma grande festa que mostrou mais uma vez o apelo popular da luta pelo fim do governo Sarney. Teria sido ainda melhor se o ex-governador Leonel Brizola não tivesse criado um novo incidente ao voltar a utilizar-se mais uma vez do palanque para fazer proselitismo de sua própria candidatura à presidência da República e para atacar as outras forças políticas que integram a campanha.

Desde as 15 horas milhares de populares começaram a se concentrar no Largo da Prefeitura e na Praça Montevideu, com faixas e bandeiras, dando um colorido todo especial ao ato, prestigiando e participando do show de artistas da música popular gaúcha e aguardando os oradores. Aos portoalegrenses, somavam-se várias caravanas vindas de cidades do interior, especialmente de Caxias do Sul, Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo e Rio Grande.

Às 19 horas, as entidades e partidos locais deram início à série de pronunciamentos, sendo seguidos por entidades nacionais como a UNE e a Andes. A vereadora Jussara Cony, representante da União dos Vereadores do Brasil chamou a atenção da platéia ao denunciar que forças de direita tramam o adiamento das eleições para vereadores e prefeitos previstas para o próximo ano. Garantiu que os vereadores progressistas opõem-se firmemente à proposta. Falaram ainda o presidente da Assembléia Legislativa do Estado, deputado Algir Lorenzon, o presidente da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, vereador Brochado da

Rocha, ambos do PMDB, e o prefeito Alceu Collares, do PDT.

CLIQUE IRRITANTE

Por volta das 20h30, quando o público chegava ao auge da animação, discursaram as lideranças nacionais. Falaram os deputados federais Vicente Bogo, Ivo Lech e o senador José Paulo Bisol, todos do PMDB gaúcho. Depois, os representantes da bancada do PCdoB na Constituinte, Edmilson Valentin e Eduardo Bomfim, que destacaram a importância do comício na luta do povo por um Brasil progressista. Também se pronunciaram os representantes do PT, deputado Olívio Dutra, do PCB e do PSB.

A nota destoante ficava por conta de uma irritante clique, formada por setores do PT e pelo PDT, que insistia em vaiar boa parte dos oradores. Demonstrando completa falta de capacidade política, o grupo de barulhentos procurou impedir as falações dos membros do Movimento de Unidade Progressista, do PMDB, que defendiam posições semelhantes às dos demais oradores e combatiam com firmeza o governo Sarney.

O presidente nacional do PT, Lula, associou a campanha das diretas à luta dos trabalhadores na Constituinte. Salientou que seu partido participa da campanha inclusive “porque hoje nós estamos sem presidente”, numa referência à subordinação de Sarney aos militares e grandes grupos econômicos.

João Amazonas, presidente nacional do PCdoB, saudou o Rio Grande do Sul por ter se incorporado à realização de comícios pela conquista das diretas. O velho dirigente comunista criticou energicamente o governo Sarney, dizendo que “Sarney está usando seu posto para vender o país, ao

mesmo tempo em que desrespeita os direitos do povo”. Defendeu as propostas progressistas que estão sendo discutidas na Constituinte e combatu com firmeza o militarismo.

A VOZ DO DIVISIONISTA

Aproveitando-se do fato de ser o último orador, o presidente do PDT, Leonel Brizola, voltou a atuar como se a platéia e os políticos presentes ao palanque estivessem reunidos para aplaudir sua própria candidatura à presidência da República. Além de ter abusado do tempo, falando durante mais de 30 minutos, quando o fixado unitariamente eram 10 minutos, Brizola criticou de maneira arrogante e antidemocrática os defensores do parlamentarismo. No final, atacou e ofendeu raivosamente o PCdoB, insuflando os adeptos do PDT a partirem para práticas fascistas, o que resultou na agressão física à vereadora Jussara Cony e ao presidente regional do PCdoB, Edson Silva.

A repercussão da atitude de Brizola foi grande, tanto na imprensa como nos meios políticos. Várias lideranças têm se manifestado contra suas atitudes, como o vice-presidente do PSB, Glênio Argemi, o líder do PMDB na Câmara de Porto Alegre, Flávio Coulon, o vereador Clóvis Brum, do PMDB e o líder do PT, vereador Antonio Holfedt.

Demonstrando qual o esquema de alianças em que pretende apoiar-se para alcançar seus projetos políticos, Brizola aproveitou sua viagem a Porto Alegre para reunir-se com os empresários gaúchos. Estes, significativamente, declararam ter ficado satisfeitos com a conversa, pois “os pontos convergentes foram muito maiores que as divergências” (Rose Castilhos, da sucursal de P. Alegre)

O mais novo calendário

Após o novo adiamento, o calendário para as próximas etapas da Constituinte passou a ser o seguinte:

18/09 — O deputado Bernardo Cabral apresenta o seu novo projeto de Constituição.

19 e 20/09 — O projeto é

impresso e distribuído aos constituintes.

21 e 22/09 — Prazo para que os constituintes **peçam destaque**, para votação em separado dos pontos polêmicos.

23/09 — Organização das votações na Comissão de Sistematização.

24/09 a 8/09 — Período de votações na Comissão de Sistematização.

9/10 — Redação do projeto final da Comissão de Sistematização.

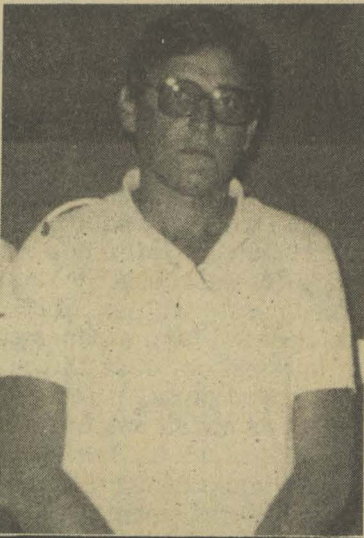
12/10 — Início das votações no plenário, com prazo indefinido para encerramento.

Que tipo de parlamentarismo

Apesar de todas as evidências de que a ampla maioria da Constituinte é favorável ao regime parlamentarista de governo, o Palácio do Planalto insiste em desconhecer essa realidade. Como cegos em tiroteio, Sarney e seus aliados continuam jogando sujo e pesado para pressionar a Constituinte a votar pelo presidencialismo imperial hoje dominante. Além das pressões, chantagens e subornos habituais, onde o Planalto troca benesses e cargos públicos por um voto na Constituinte, o governo adota, agora, uma nova tática de conteúdo claramente diversionista: o parlamentarismo gradual.

Na verdade, essa tese do gradualismo, que começou a ser levantada na Constituinte por parlamentares fiéis ao governo e aos militares, como o senador José Richa, não passa de uma manobra com o nítido objetivo de confundir o campo parlamentarista, dividi-lo e, assim, fazer uma última e desesperada tentativa para manter o presidencialismo. No fundo de toda essa discussão, cinicamente apresentada como uma “negociação” para se chegar a uma proposta consensual, está a deliberada intenção de resguardar os poderes do presidente Sarney. Os defensores do gradualismo apressam-se em argumentar que é preciso encontrar uma fórmula que viabilize a implantação do parlamentarismo de forma a preservar os poderes adquiridos pelo presidente Sarney e preparar a nação para o novo sistema de governo.

Isso não passa de uma balela, de uma farsa bem mon-



Opinião Parlamentar Eduardo Bomfim Dep. Federal PC do B

tada para confundir os constituintes. Mais do que isso, esse é um argumento absolutamente falso. Em primeiro lugar porque ninguém, muito menos Sarney, tem direitos adquiridos que contrariam os interesses da Nação e a soberania da Constituinte. O que está por trás dessa estratégia é, na verdade, uma manobra para garantir um mandato de seis anos a Sarney, coisa que o povo não quer e não irá aceitar. A Constituinte é soberana para decidir o futuro do país e ninguém pode impedi-la de cumprir com a sua missão. Além disso, a tese do gradualismo não passa de um casuísmo, no bom estilo do regime militar, para protelar, enganar, dividir e ganhar tempo, enquanto Sarney procura uma saída honrosa para a derrota que se avizinha.

Os parlamentaristas por convicção não compartilham dessa verdadeira negociata que se estabeleceu na Constituinte. Ao contrário, eles estão decididos a lutar com todas as suas forças para a implantação de um verdadeiro parlamentarismo no país, que reduza os poderes imperiais do presidente da República, estabeleça um regime de co-responsabilidade entre o Executivo e o Legislativo fortalecido e amplie os canais de participação popular na condução dos destinos da Nação. Nesse sentido, um grupo de constituintes progressistas decidiu apoiar o parlamentarismo com base em alguns pré-requisitos fundamentais: uma distinção clara e precisa entre chefe de Estado e chefe de Governo, aprovação do primeiro-ministro pelo Parlamento, possibilidade do Parlamento derrubar todo o gabinete, sem ressalva de nenhum ministro, principalmente os militares. Além disso, o grupo decidiu fechar questão na manutenção do voto proporcional, nas eleições diretas para presidente da República em 1988 e na implantação do parlamentarismo logo após a promulgação da nova Constituição.

Só um parlamentarismo com essas condições será verdadeiramente um novo sistema de governo, que democratize o poder político no Brasil. Qualquer outra fórmula mágica que se invente não passa de uma manobra desses “novos parlamentaristas” do Planalto, interessados apenas em negociar para manter os atuais poderes do presidente Sarney. O que é inaceitável.

Os novos ataques do Sr. Brizola

O diretório regional do Rio G. do Sul do PC do B distribuiu à imprensa, às entidades populares e entre os políticos progressistas a seguinte nota, a respeito dos incidentes verificados no comício por diretas-88:

“O Diretório Regional do Partido Comunista do Brasil — PC do B — vem a público condenar energeticamente as raivosas e impertinentes declarações do senhor Leonel Brizola contra o PC do B no comício das diretas, sexta-feira passada. Com suas atitudes hostis, insuflou adeptos do PDT, resultando na agressão física do que foram vítimas Jussara Cony, vereadora do PC do B, e o presidente do seu diretório regional, Edson Silva.

“O senhor Brizola comportou-se arrogantemente no comício. Entendeu de nele falar o que quis, inclusive impropérios, e pelo tempo que bem entendeu, como se fosse o dono plenipotenciário da

queixa manifestação democrática.

“De nada valeram as recomendações definidas pelos organizadores do evento, destinadas a garantir sua correta e unitária condução. O senhor Brizola, de maneira prepotente, ignorou tudo, provocando lamentáveis incidentes.

“O PC do B repudia essas agressões e atitudes antiunitárias, que só servem às forças reacionárias e entreguistas, como as representadas por Sarney e o militarismo. Aliás, os mesmos que, tanto quanto o senhor Brizola, defendem de unhas e dentes o presidencialismo, sistema de governo antidemocrático, tutelado pelas Forças Armadas.

“O povo brasileiro quer mudanças para assim poder desfrutar melhores condições de vida.

“As provocações e práticas divisionistas do senhor Brizola, é bom que se diga,

são contestadas por parcela dos militantes do PDT, partidários da unidade. Nessa medida eles contribuem para levar adiante a luta de nosso povo pela liberdade, pela soberania nacional e o progresso social.

“O PC do B agradece as manifestações de solidariedade que tem recebido de diversos setores. Reafirma, por outro lado, sua inabalável decisão de continuar se empenhando pela realização de eleições diretas em 88 para presidente da República. Da mesma forma que não se afastará um só milímetro da luta por novas formas de governo favoráveis ao desenvolvimento da democracia no Brasil e à participação política das forças democráticas.

“Somos por diretas em 88 e pelo parlamentarismo”.

O diretório regional do PC do B

CRISE

A recessão já atinge toda a economia

Quando instituiu o Plano Bresser, em 12 de junho, o governo garantiu que a recessão seria estancada, o nível de emprego estabilizado, a inflação batida e até mesmo os salários reais sofreriam modestas elevações. As mais recentes estatísticas econômicas, porém, apontam precisamente o contrário. A crise avança e já atinge quase todos os setores.

A indústria paulista acusou uma redução de 8.200 postos de trabalho em agosto, segundo informações coletadas pela Fiesp. O número não é tão dramático quanto o do mês anterior, quando as demissões no setor atingiram 53.900 operários. Mas revelam que a recessão já construiu sólidas bases. E continua a fazer vítimas, pois já na primeira semana deste mês, de acordo ainda com a federação patronal, os industriais paulistas efetuaram nada menos que 1.400 novas dispensas.

EM TODO PAÍS

Estatísticas levantadas pelo Ministério do Trabalho, restritas ao mercado formal de trabalho no país, são igualmente alarmantes. Indicam uma queda de 0,36% em julho, materializada num contingente de 76 mil novos desempregados, o pior resultado desde que o órgão começou a compilar esses dados, em janeiro de 1985.

A desaceleração do emprego no mercado formal de trabalho é uma realidade que vem sendo observada desde o final do ano passado, como resultado da guinada na política econômica do governo — iniciada com o Cruzado II). Tornou-se mais grave, contudo, nos últimos meses. Em junho, o índice do Ministério do Trabalho também foi negativo, de -0,31%, registrando um saldo de 66 mil dispensas.

O setor mais atingido pela crise é a indústria de transformação, que somente em julho demitiu 85.315 e acumula, desde o início do ano, uma redução de 124.183 empregos em seu quadro de pessoal formalmente contratado. A construção civil dispensou 26.916 entre janeiro e julho e o co-

mércio 45.016 no mesmo período.

QUEDA DA PRODUÇÃO...

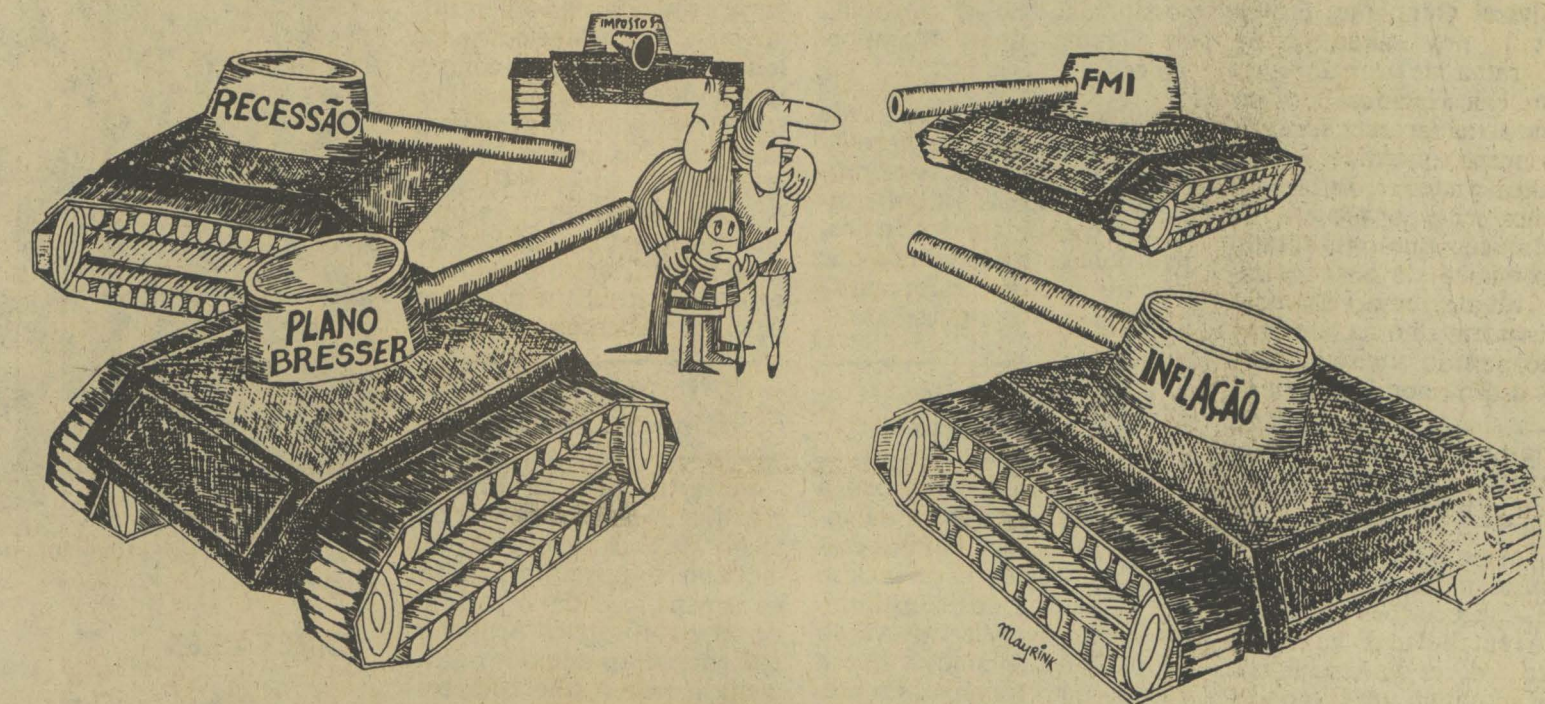
A produção industrial (que vinha declinando desde maio) apresentou em julho uma queda de 5,9% em relação ao mesmo mês do ano passado, o mais baixo índice captado pelo IBGE desde julho de 1983 (época em que, não custa lembrar, o país vivia uma brutal recessão). E, pela primeira vez, um índice menor que os do ano passado.

A redução da atividade foi generalizada, tendo afetado 14 dos 17 setores abrangidos pela pesquisa do IBGE, com destaque para os que dependem mais da demanda gerada pelos assalariados (vestuários, calçados e artefatos de tecidos: -20,4%; bebidas: -23,1%; material elétrico: -17%, entre outros).

... E DAS VENDAS

Já as vendas do comércio varejista caíram 10,7% nos primeiros sete meses do ano, segundo dados levantados em todo país pelo Conselho de Desenvolvimento Comercial (CDC), do Ministério da Indústria e Comércio. O CDC revelou, ainda, que as consultas ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) de janeiro a julho foram 19,3% inferiores ao mesmo período do ano passado, indicando um expressivo recuo das vendas a prazo.

A evolução da recessão mostra-se assustadora quando se atenta para a particularidade de que o segundo semestre, tradicionalmente, é um período de maiores encomendas, com vistas à formação de estoques para as vendas do final de ano. Ou seja, favorável ao aquecimento da produção.



Nota-se, ainda, que o crescimento vertiginoso das exportações nos últimos meses (quando voltaram a ser atingidos os superávits comerciais superiores a 1 bilhão de dólares em 30 dias) não foi suficiente para compensar a compressão do mercado interno, embora alguns setores tenham até ampliado a produção para fazer frente à demanda externa.

Se a situação atual já não é boa, as perspectivas são amargas. “As expectativas estão degradingando”, acentuou Julian Chacel, diretor do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), ao comentar a sondagem da FGV/IBRE feita junto a 4.500 empresas, onde se constata que mais da metade espera o aprofundamento da recessão.

A retomada do processo inflacionário (com o índice sobre a alta de preços devendo atingir mais de 10% brevemente), as altas taxas de juros, bem como as restrições impostas aos investimentos públicos, são coisas que não deixam muita margem ao otimismo. E salientam a necessidade de mudanças energéticas na atual política econômica. (Umberto Martins)

A queda do investimento

A taxa de investimentos na economia brasileira declinou violentamente durante os últimos anos, fenômeno que tem dado à crise um caráter crônico e estrutural. O problema é particularmente grave no setor público (responsável por inversões em ramos fundamentais da nossa economia), estrangulado por um déficit e um endividamento a cada dia maiores.

Já que na economia capitalista os investimentos ocorrem em função dos lucros, ou seja, o que se aplica na expansão da atividade produtiva são os lucros, em geral a burguesia reclama uma rentabilidade maior para o capital como meio de

fazer frente à retração econômica.

Em tese, o que estaria determinando a queda dos investimentos seria a insuficiência dos lucros. Isto se traduz muitas vezes em políticas econômicas — de arrocho salarial — voltadas para conter o consumo sob o pretexto de que, assim, e só assim, é possível aumentar a poupança. O processo produtivo evidencia, porém, que a relação entre o consumo e a poupança não é tão simples e mecânica: a queda do consumo, é o que tem ocorrido no Brasil, determina também uma redução da produção, agravando a crise.

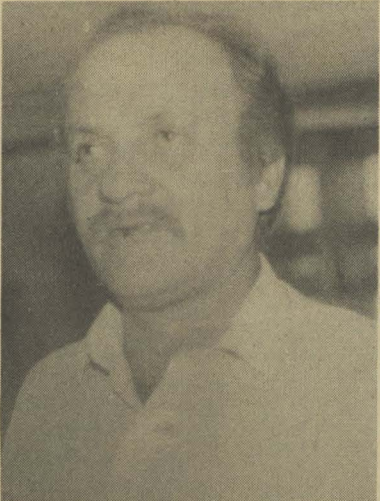
No caso do nosso país, hoje, a insuficiência dos investimentos tem outra origem. É causada pela sangria de recursos brasileiros pelos banqueiros estrangeiros, através do mecanismo da dívida externa, que provoca pelo menos 50% do déficit público, segundo o próprio ministro da Fazenda, Bresser Pereira, além de sacrificar “25% das necessidades de investimentos no país”.

Não se pode, portanto, falar com seriedade em resolver a crise econômica, de curto, médio e longo prazo, do país, enquanto não se equaciona, em primeiro lugar e conforme os interesses nacionais, a questão da dívida externa.

PT-S. PAULO

Cicote defende alianças

O diretório regional de S. Paulo do PT realizou, nos últimos dias 12 e 13, mais um Encontro Estadual. Promovido num movimento em que se intensifica, nas fileiras petistas, o debate acerca dos rumos a seguir diante da conjuntura complexa vivida pelo país e das eleições municipais do próximo ano, a reunião tratou de temas que são importantes e polêmicos entre as várias forças que integram o partido, como política de alianças, atuação no momento sindical e a dupla militância praticada por boa parte de seus ativistas.



Cicote: o novo presidente do PT

Foto: Aguilardo Zordenoni

O Encontro deixou claro que a luta entre idéias diversas e às vezes abertamente conflitantes a respeito dos objetivos do partido, de sua tática e estratégia e de suas características orgânicas continua aceso dentro do PT. Nada menos que cinco chapas se apresentaram para disputar o diretório regional, e graças à concepção que norteia o partido, três delas alcançaram, o direito de estar representadas na nova direção.

Mais uma vez saiu vencedor o grupo *Articulação*, que por seu turno reúne setores distintos: os sindicalistas que deram origem ao partido, a maior parte dos setores católicos que atuam em seu interior, a *“Corrente”*, um agrupamento liderado por José Dirceu e Wladimir Pomar, e remanescentes da antiga tendência Liberdade e Luta. A *Articulação* obteve apoio da maioria absoluta dos participantes do encontro, e conquistou assim o direito de indicar 38 dos 60 componentes do diretório.

Em segundo lugar, ficou a chapa liderada pelo deputado federal Eduardo Jorge, que obteve adesão significativa entre os delegados da capital e terá 12 membros no diretório. Uma terceira chapa, capitaneada pelo deputado federal José Genoíno e reunindo militantes do PRC, simpatizantes do jornal *EM TEMPO* e membros da Pastoral Operária, obteve resultado inferior ao alcançado em encontros anteriores, e participará da direção com apenas dez representantes. Mesmo isso só foi possível devido ao apoio que ela obteve, à última hora, dos simpatizantes da *“Convergência Socialista”*, que retiraram sua chapa e descarregaram seus votos na articulação de Genoíno. Se isso não ocorresse, dificilmente Genoíno conseguiria os 10% de votos necessários para participar do diretório regional.

O novo presidente do PT-S. Paulo é o deputado estadual José Cicote, um dos sindicalistas que participaram da criação do partido. Ouvido pela

do sindicato de Metalúrgicos, em Sto. André entre 1975 e 1980, declarou-se disposto a sustentar uma política de unidade com os setores progressistas, tanto para somar forças em campanhas específicas, como as diretas e a suspensão do pagamento da dívida externa, quanto em período eleitoral. “O partido abriu um pouco nessa questão”. Vamos ter que conversar com os partidos de esquerda. Não vamos poder ficar isolados, porque se a gente não peitar algumas bandeiras juntos, acaba sendo engolido pela direita”. disse ele. Cicote ressaltou que considera fundamental a ação unitária na campanha das diretas. “Salmos do encontro com o decisão de jogar as diretas na rua”, disse ele. E fez críticas duras às ações sectárias que prejudicam a unidade no interior da frente que conduz a campanha. Indagado sobre a atitude de Leonel Brizola no comício de Porto Alegre, comentou: “Eu acho péssimo. A nossa experiência mostra que é preciso somar forças, e ser pelo menos um pouco menos oportunista. O Brizola desfez de todos os outros partidos que estavam no palanque. Ele não foi a Porto Alegre para fazer a campanha das diretas, e sim a sua campanha própria”.

O novo presidente paulista do PT abordou também o problema causado pela divisão do movimento sindical. Disse ser favorável à unidade. “Os problemas dos trabalhadores são os mesmos. Eu gostaria que houvesse uma central só. Eu sou da turma que advoga esta tese”, disse ele.

Cicote concluiu a entrevista com uma declaração que acentua o que parece ser uma preocupação pessoal com a unidade entre as forças progressistas. Referindo-se ao ex-deputado Aurelio Peres, ele comentou meio emocionado! “A gente que conhece o trabalho do Aurélio sabe que ele não ter sido reeleito foi uma grande perda, não só para o PCdoB, mas para o conjunto dos trabalhadores”. (Antonio Mar-

PRIVATIZAÇÃO

Embratel está ameaçada



Em um debate publicado na *Revista Brasileira de Telecomunicações*, o vice-presidente da Embratel — a estatal que controla todas as atividades na área das telecomunicações —, Cleofas Ismael de Medeiros Uchôa, declarou que a empresa constituirá um grupo com 12 antigos funcionários, presidido por ele próprio, para proceder uma reestruturação na empresa. Na ocasião, adiantou que “existem vários serviços que a iniciativa privada pode e deve fazê-los, sejam via satélite, redes de dados e serviços de manutenção de equipamentos.” A declaração, feita em caráter oficial tanto no “XV Painel Telebrasil” quanto em publicações como a *Revista Telebrasil*, refletiu a posição enfática da parte do vice-presidente da Embratel a favor da privatização de uma série de serviços, justamente os mais rentáveis que, por lei,

constituem o monopólio estatal das telecomunicações.

Esta defesa apaixonada da privatização mereceu o repúdio de vários setores da sociedade, à exceção, evidentemente, dos empresários ligados ao setor privado das telecomunicações, ao qual, por coincidência ou não, pertence o sr. Cleofas Uchôa, licenciado do grupo privado ABC Telecomunicações, onde é executivo de primeiro escalão, para assumir a vice-presidência da Embratel.

DEFESA DA SOBERANIA

O Sindicato dos trabalhadores em empresas de Telecomunicações do município do Rio de Janeiro, levando em conta a relevância do setor para a soberania nacional, entrou com ação na vara criminal da cidade do Rio de Janeiro, através dos advogados Edegar Bernardes e João Carvalho, denunciando a violação de normas do código penal e do próprio código nacional de telecomunicações, exigindo a pronta punição do responsável por aquelas declarações. O mais acintoso da história é que a pessoa da platéia que deu a “deixa” para o vice-presidente da Embratel fazer defesa da privatização, foi justamente um outro diretor da ABC Telecomunicações, da qual Uchôa é também dirigente, só que neste caso da ativa. (Sucursal do Rio de Janeiro).

BAHIA

Vandílson filia-se ao PC do B

Uma multidão de cinco mil pessoas se reuniu no último final de semana em Guanambi, município do oeste baiano, para comemorar a filiação do deputado estadual Vandílson Costa no PCdoB — Partido Comunista do Brasil, eleito que foi pela legenda do PMDB. Após uma passeata de carros pela cidade, foi realizado um comício que teve como bandeira principal a defesa das eleições diretas em 88, para presidente da República. Outros dois pontos foram destacados em todos os discursos: a necessidade de uma Constituição realmente progressista e ataques à ação reacionária da UDR — União Democrática

Ruralista, sobretudo em se tratando de região com inúmeros conflitos de terra.

Muitas lideranças políticas estiveram presentes à manifestação, a exemplo do deputado federal Haroldo Lima, líder do PCdoB na Constituinte, Lídice da Mata, também do PCdoB-BA, a deputada estadual Jandira Feghalli, do PCdoB-RJ, a vereadora Jane Vasconcelos, PCdoB-Salvador, o deputado estadual Luiz Nova, PCdoB-BA, que agora junto com Vandílson, formam a bancada comunista na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Outros partidos também estiveram presentes, co-



Vandílson: 5 mil na filiação

mo o PT, através dos deputados Alcides Modesto e Sebastião de Castro, este represen-

tando o presidente da Assembleia Legislativa. Ao final do comício, todos foram brindados com um show da banda “Toque de Magia”.

Vandílson Costa tem 32 anos, é médico veterinário e tem uma antiga ligação com o PCdoB, tendo sido apoiado pelo deputado Haroldo Lima nas eleições, de 1982, quando ficou como suplente do PMDB. Nas eleições de 86, formou o grupo de parlamentares apoiados pelo PCdoB, lançando-se candidato pela aliança “A Bahia vai mudar”. A decisão de formalizar sua filiação no PCdoB se seguiu a uma ampla consulta às suas bases. (Sucursal da Bahia).

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Crítica vista com miopia

Crítica e autocritica expressam o método dos revolucionários combaterem as concepções errôneas que a burguesia infiltra nas organizações proletárias. Implica em que cada militante ou organismo, ao apontar as falhas, proceda simultaneamente a um exame da sua própria atividade, responsabilizando-se solidariamente com o coletivo pela edificação do partido e pela elevação do nível de consciência socialista.

ATAQUE ANARQUISTA

Mas certos elementos vacilantes, para justificar seu reboquismo diante de correntes burguesas ou pequeno-burguesas, esquecem a autocritica e fazem da critica um infundável processo de queixas e picuinhas, contra tudo e contra todos — em particular contra as direções.

Desta forma, tentam inverter o processo que, dentro de um partido comunista é essencialmente construtivo, numa avalanche destrutiva. Transformam a critica em ataque sem princípios e sem qualquer compromisso com o fortalecimento da vida partidária. Descambam dos assuntos que tem verdadeiro interesse do ponto de vista da revolução para questões menores de natureza pessoal. Deixam de lado os documentos e resoluções que definem a politica partidária para se apoiarem num emaranhado de “disse-que-disse”. Trocam o critério da prática pelo compadrismo.

Esta atividade de sapa leva, objetivamente, mesmo que de início não hajam reuniões formais, à formação de grupos antipartido. A dúvida de tudo, a simpatia por tal ou qual “líder”, ao invés da fidelidade ao partido e a defesa dos organismos dirigentes, conduz às “panelinhas” de descontentes.

APEGO AO ERRO

Atualmente, em São Paulo, surgiram atividades desta natureza no PC do B. A direção central se reuniu e denunciou a prática antipartido de certas pessoas. Qual foi a reação dos envolvidos? Foi por acaso debater os argumentos arrolados pelo Comitê Central? Foi o de procurar compreender a vida partidária e analisar de forma autocritica o que vinham fazendo? Nada disto. Acentuaram o caráter desagregador de suas “reclamações”.

Uns, tentando ludibriar os fatos, colocaram em dúvida que a direção tivesse apontado um grupo concreto. Dizem que apenas houve uma condenação genérica a grupos que pudessem existir. Como se depois de 65 anos de existência tivesse sentido uma reunião nacional para um apelo vazio como este. Outros, na mesma linha, “duvidavam” que certos dirigentes pudessem endossar o documento publicado — na verdade é uma tentativa de desacreditar toda a direção, uma vez que oficialmente se informou que a decisão do CC foi tomada por unanimidade.

FUGA DO PARTIDO

Houve ainda os que simplesmente “desistiram” de enfrentar a opinião das fileiras comunistas. Revelando completo desinteresse pelo partido, se demitiram de tudo, sumiram da vida partidária, recusando-se portanto a esclarecer seus próprios camaradas. Gostavam tanto de acusar a todos, dando a entender que “os bons” estavam marginalizados. Mas são incapazes de suportar a critica do partido. Não se sabe ao certo se formalmente deliberaram por tal comportamento. Mas na prática o grupo agiu da mesma forma, descobrindo-se.

Estes fatos revelam ensinamentos valiosos para a classe operária. Nestes embates se forja uma unidade mais sólida dos revolucionários.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Gradual e nunca

Parlamentarismo gradual num prazo de uns três anos; estabilidade também a prestação, com vencimento daqui a dois anos. É assim que as cúpulas pretendem nos vender um texto constitucional dito “negociado”. Na verdade uma Carta amorfa, que não muda nada, adia tudo e deixa para os poderosos a oportunidade de fraudar, na prática, os desejos de liberdade, progresso e independência da maioria da nossa gente.

Aliás este palavrorio de mudança “lenta e gradual” foi inaugurado pelos próprios generais no governo Geisel, quando a ditadura já não podia mais se manter simplesmente pelo argumento das baionetas. E nada de positivo foi alcançado pelo povo através deste método.

O povo quer o fim deste regime, não suporta mais um rei na presidência. E este sistema já esta próximo de completar um século. Por que adiar o enterro do cadáver? Da mesma forma, os trabalhadores vivem há tempos num clima de super-exploração. Os técnicos multiplicaram muitas vezes a taxa de mais-valia arrancada aos operários e, conseqüentemente, os lucros dos patrões. Por que então manter esta situação insuportável por mais dois anos? Esta é a negociação que não interessa pois não passa de um chamado à rendição sem luta.



Desesperados, os sobreviventes procuram seus familiares entre as pilhas de mais de 3.500 palestinos e árabes assassinados pelos racistas

SABRA E CHATILA

O holocausto dos palestinos

Há cinco anos ocorreu no Líbano o massacre de Sabra e Chatila, patrocinado pelos sionistas de Israel. Um massacre que, de certa forma, continua até hoje: no último dia 15 um garoto palestino, de 12 anos, foi morto a bala por soldados de Israel quando participava de um ato em homenagem às 3.500 vítimas do massacre de 1982, no campo de refugiados de Balata, na Cisjordânia ocupada. O campo foi cercado pelo Exército israelense, em represália ao ato palestino.

Em 15 de setembro de 1982, generais israelenses promoveram, na Beirute ocupada, uma reunião com os chefes das “milícias cristãs” libanesas — organizações intimamente ligadas aos sionistas — para discutir a entrada de grupos de “falangistas” (árabe antipalestinos) nos campos de refugiados da parte Oeste de Beirute — região ainda não dominada pelo Exército de Israel.

No mesmo dia, enquanto aviões de guerra israelenses sobrevoavam a capital do Líbano, aterrorizando a população, as tropas de Israel ocupavam o Oeste de Beirute e desarmavam a população, deixando-a indefesa para os futuros ataques da Falange.

Os campos de Sabra e Chatila, onde viviam cerca de 20 mil pessoas, foram cercados pelos tanques do Exército invasor. Aterrorizados, os habitantes recolhem-se aos seus aposentos. No final da tarde, alguns obuses foram disparados pelos sionistas, ferindo 15 pessoas nos campos.

À noite, Beirute foi deixada às escuras. Porém sobre Sabra e Chatila foram lançados foguetes luminosos, clareando os campos para a ação dos falangistas. Dias antes, um oficial superior falangista declarou: “O problema é o seguinte: começar por violação ou por matar. Se os palestinos têm amor à sua pele devem deixar Beirute. Vocês não têm idéia da mortandade que espera os palestinos, terroristas ou civis, que ficaram na cidade. Suas tentativas de se confundir com a população serão inúteis. A espada e o fuzil dos combatentes cristãos irão persegui-los, exterminando-os de uma vez por todas”.

Na manhã do dia 16 de setembro, o general Ariel Sharon, Ministro da Defesa e comandante-em-chefe das tropas que invadiram o Líbano, autoriza a entrada das forças falangistas em Sabra e Chatila. Dá garantias de que as tropas sionistas “fornecerão todo auxílio necessário à limpeza de terroristas nos campos”. Os bandos falangistas gritam um slogan: “Um palestino morto é uma poluição; a morte de todos eles é a solução!” E partem para a missão sangüinária.

As forças de Israel estão há 200 metros do local do massacre. Têm visão total do que ocorre em Chatila. Os primeiros crimes foram à noite, no bairro Aarsal, em frente ao quartel general israelense. Usando jipes fornecidos pelo Exército de Israel, falangistas do Partido Kataeb, de Gemayel, as milícias “Tigres”, do Partido Nacional Liberal, e os “Guardiões do Cedro”, atacaram a população.

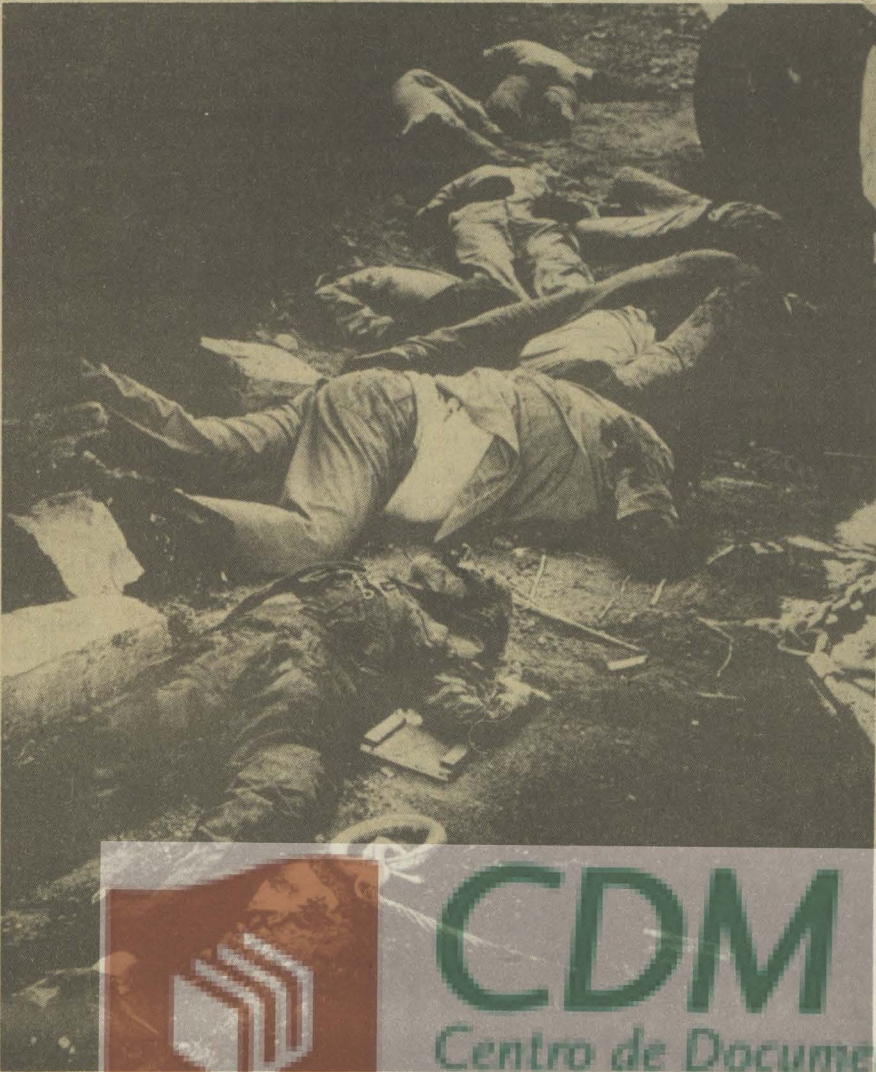
Foram 40 horas de horror. Um oficial de Israel, que usou telescópio, diz que via a cena “como se estivesse sentado na primeira fila de um teatro”. Logo nos primeiros atos, famílias inteiras foram

mortas quando jantavam. Crianças de três a quatro anos foram assassinadas em seus leitos. Bebês eram atirados contra as paredes, e tinham seus crânios esfacelados. Algumas pessoas tiveram seus membros amputados antes da morte. Moças e crianças eram violadas a golpes de facão.

Tratava-se de gente pobre: os falangistas não tinham tempo de distinguir entre mulçumanos, cristãos, libaneses ou palestinos, então optaram pela distinção de classe. A jovem Zenaib, gestante no oitavo mês, teve o ventre aberto e o feto colocado em seus braços moribundo.

O Exército de Israel controlava as ações dos falangistas

Três palestinos, entre 55 e 65 anos, recorreram a um posto israelense perto da Embaixada do Kuwait, para explicar que não havia armas nem combatentes nos campos. Foram vistos sair do campo, e dois dias depois seus cadáveres jaziam junto à Embaixada do Kuwait. Foram tratados de acordo com os ensinamentos do então chefe de governo de Israel, Menachem Begin, que disse ao parlamento em 8 de junho de 1982, que os palestinos são “animais bípedes”, e como animais foram abatidos.



Os assassinados eram gente pobre, e muitos tiveram os seus órgãos mutilados

Soldados de Israel, presenciando tanto horror, intercederam junto aos seus oficiais. Mas de nada adiantou. Ainda durante o massacre, o governo de Israel soltou uma nota oficial afirmando: “Devido ao assassinato de B. Gemayel” (morto dias antes dos fatos aqui relatados, num atentado ainda não esclarecido, que interessou aos sionistas, mas pelo qual Tel Aviv responsabilizou os palestinos) “o Exército de Israel tomou posições no Oeste de Beirute afim de evitar riscos de violência, efusão de sangue e caos”...

O general Eutan, do Estado-Maior israelense, afirmou numa reunião que “o contato com as Falanges é permanente e suas ações são inteiramente coordenadas pelo Exército de Israel”. E o general Sharon acrescentou: “Não enviamos nossos soldados porque outros podem realizar essa operação”.

Desacorçoado, o tenente israelense Grabowsk declarou: “Vi falangistas matando civis. Um deles disse que de mulheres grávidas nascerão terroristas!” Em Sabra, 500 pessoas procuraram refúgio num hospital. Foram todas assassinadas.

Djamila, uma sobrevivente, contou: “Quinta-feira pela manhã voltei ao campo para procurar minha mãe. Um miliciano tomou-me pelo braço e fui conduzida a uma casa próxima a que residia. Lá encontrei quatro soldados. Ele me disse: ‘Dispa-se e deixe-os fazer o que quiserem, senão será pior para ti’. Eles me violentaram. “Dirigindo-se aos jornalistas, ela pediu para que não publicassem seu sobrenome, pela vergonha que sentia. Ela saiu viva, por ser libanesa. Seus parentes, sobrinhos e seu irmão foram mortos. Djamila en-

controu o corpo de seu pai morto no leito, a casa destruída. Encontrou o corpo de sua mãe na rua. Viu os homens da Cruz Vermelha retirarem um corpo dos escombros, e identificou-o como de seu irmão. Gritou de dor.

As mulheres perambulavam pelas ruas dos campos como autómatos, em estado de choque. Um das levavam a fotografia do marido, de um irmão, de um filho. Nem os animais escaparam. Três cavalos e cães mortos atestavam esse fato.

Muitos mortos foram jogados em caminhões, e nunca mais foram encontrados. Milicianos juntaram uma centena de homens na rua principal. Separaram libaneses de palestinos e torturaram estes últimos, vazando seus olhos a faca, para interrogá-los.

Orgulhoso, um oficial das Falanges declarou, depois, a um repórter: “Durante muitos anos esperamos entrar nos campos do Oeste de Beirute. Os israelenses nos escolheram porque somos melhores que eles na luta casa por casa. E nesse tipo de operação não fazemos prisioneiros.”

O massacre visava provocar o êxodo dos palestinos do Líbano. Suas casas eram destruídas. Um comentarista da TV de Israel, Ehoud Yaari comentou: “Sem casas, os refugiados palestinos só tinham uma saída: partir”. Escolas e hospitais também foram destruídos. O ministro de Israel encarregado dos refugiados palestinos, Yaakov Meridor, ordenou: “Desloque-os rumo ao Este, em direção à Síria. Deixe-os partir, porém, não permitirei sua volta”.

Povo de Tel Aviv também protestou contra o massacre

Nos escombros do que foi Sabra e Chatila, jaziam corpos mutilados. Em alguns cadáveres foram colocadas granadas dissimuladas, para matar os familiares que os revolvessem. Nos muros do que restou dos campos de refugiados, foram deixadas as inscrições “Deus, pátria e família”, pixadas pela Falange.

Após os crimes bárbaros, Israel ainda prendeu cerca de 1.500 sobreviventes para averiguações. De uma população de 20 mil pessoas, cerca de 3.500 foram assassinadas entre os dias 16 e 18 de setembro. Um quarto das vítimas era de libaneses, os restantes eram palestinos.

Mesmo em Israel ocorreram protestos contra a chacina. Em Tel Aviv, houve a maior manifestação do Estado de Israel: 400 mil pessoas protestaram contra o crime. O governo viu-se obrigado a formar uma Comissão de Inquérito para apurar as responsabilidades dos sionistas no massacre. Mas os resultados foram tênues: o maior responsabilizado, o general Sharon, teve que deixar o Ministério da Defesa. Mas continuou no governo, como ministro sem pasta. (A esta até hoje, o ministro da Defesa, Ariel Sharon, não se demitiu.)



CDM

Centro de Documentação e Informação

Fundação Maurício Grabois

Os novos passos da CGT

A reunião do Conselho Nacional da CGT (Central Geral dos Trabalhadores), que se realiza neste sábado, dia 19, em Brasília, reveste-se da mais alta importância. Ela dará um balanço nas atividades dessa central e traçará os rumos para sua atuação nos próximos meses. Além de todos os integrantes do conselho, também foram convocados para a plenária os presidentes das CGTs estaduais — o que dará maior peso às suas resoluções.

Várias questões deverão ser analisadas em profundidade pelos participantes. Entre elas, destacam-se: avaliação do desempenho da CGT na greve geral do dia 20 de agosto; discussão da evolução da situação política do país e, particularmente, do processo da Constituinte; elaboração de uma plataforma com as reivindicações mais sentidas e imediatas dos trabalhadores frente ao arrocho salarial, à recessão e aos modelos entreguistas cada vez mais implementados pelo governo Sarney; e adoção de formas de mobilização e luta do movimento sindical que possam influir na evolução desses acontecimentos.

PAPEL DA CGT

Neste encontro novamente estará em discussão o pa-

PONTO DE VISTA SINDICAL



Ronald Freitas

pel da CGT. Para sua própria sobrevivência, a Central Geral dos Trabalhadores necessita se firmar como uma central de luta e não de conciliação — como pregam algumas correntes. Nesse sentido, é fundamental que ela se engaje em todas as campanhas em defesa dos direitos imediatos dos trabalhadores e participe ativamente das lutas mais gerais do povo brasileiro pela efetiva democratização do país.

Também deverão ser reafirmadas as posições da central em defesa da unidade e unicidade sindical. Ao mes-

mo tempo, como central que reflete o movimento sindical real, deverá manter sua postura de respeito a todas as concepções político-sindicalistas que existem no seu seio, garantindo seu caráter pluralista. É preciso deixar claro que é inadmissível, dentro dela, qualquer discriminação político-ideológica.

NOVAS AÇÕES

Ao fixar seu plano de ação, os participantes deverão ter presente a importância da atual fase dos trabalhos na Constituinte. É agora que se definem os principais pontos da nova Constituição. Nos próximos dias serão votadas importantes questões — sendo que uma das primeiras é sobre os direitos dos trabalhadores. A pressão de caravanas em Brasília, organizada pela CGT e outras entidades, terá um importante peso.

A CGT também deverá discutir outras questões de grande importância, como a luta pelas diretas em 1988 e o problema da forma de governo no país. Diante da pressão presidencialista do Palácio do Planalto, a CGT deve fixar sua posição — assim como diante da mobilização pelas diretas.



Após a greve nacional, que atingiu 90% das agências em São Paulo, o Banco do Brasil cedeu.

CAMPANHA DOS BANCÁRIOS

Momento decisivo

A campanha salarial dos aproximadamente 650 mil bancários de todo o país continua sem previsão de desfecho. Ultrapassada a data-base do setor, em 1º de setembro, não há sinais de acordo com a Fenaban — a federação patronal. Já no caso do Banco do Brasil, após intensa mobilização dos funcionários, o acordo foi firmado prevendo 39% de reajuste.

As negociações desenvolvidas até o momento entre a Fenaban e o Comando Nacional dos Bancários, que representa o conjunto dos sindicatos da categoria, não avançaram nem um milímetro no sentido da assinatura do acordo coletivo. Enquanto os trabalhadores reivindicam 86% de reajuste, para repor as perdas salariais acumuladas desde setembro passado, e mais 15% de produtividade, os banqueiros só aceitam ceder 14,8%.

Nem mesmo as propostas conciliatórias formuladas pela justiça em vários Estados foram levadas em consideração pelos poderosos bancos. O Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, por exemplo, sugeriu um reajuste de 40% e 4% de produtividade, e o de Minas Gerais propôs 20,15% de aumento e 15% de produtividade. Mas a Fenaban rejeitou as propostas de imediato e anunciou sua disposição de encerrar as negociações.

Diante de tamanha intransigência, nos últimos dias a categoria intensificou a mobilização em vários Estados. Em alguns locais, como em São Paulo, o próprio sindicato reconhece que o clima na base está frio e tenta superar as debilidades. Na quarta-feira, dia 14, houve protesto nacional, com os bancários usando tarja negra nos horários de serviço. Agora as assembleias avaliam as condições de mobilização e definirão os próximos passos da campanha. E no dia 17, na capital paulista, haverá mais um Encontro Nacional dos Bancários.

ECOLOGIA

Crimes irreparáveis

Todos sabemos que o nosso Brasil fôra abundante em árvores pau-brasil — madeira cor-de-brasa, que inspiraram os descobridores na escolha do nome deste imenso país. Mas, infelizmente, hoje são poucas as pessoas que conhecem essa imensa árvore nativa.

O sul da Bahia e Norte de Minas, o rio Mucuri, que abastece cerca de 15 municípios, está sendo contaminado por vinhoto. O vinhoto, resultante do processo de destilação do álcool, é o resíduo "atômico" do Projeto Pro-Álcool. Para a produção de um litro de álcool gera-se, paralelamente, uma sobra de nove litros de vinhoto. O que, em números fornecidos pelos responsáveis, ou melhor, irresponsáveis pelo tal projeto (o Brasil produz 11 bilhões de litros de álcool por ano) significa que temos uma produção

ACORDO SEPARADO

Nesse encontro, que reunirá expressivo número de lideranças bancárias, um dado novo deverá ser levado em conta: o acordo no Banco do Brasil. Apesar de pertencer a mesma base sindical, este setor realiza negociações em separado e desenvolve as campanhas salariais à parte. Possuindo maior nível de organização — inclusive porque os funcionários do BB gozam de certa estabilidade no emprego —, seu poder de fogo diante dos patrões — no caso o Estado — é superior ao do restante da categoria.

No início das negociações salariais, a direção do BB chegou a oferecer 45% de reajuste aos funcionários. Mas, após o anúncio do plano das estatais, recuou para 20%. Este fato gerou revolta na base e resultou no aumento da mobilização. No último dia 11, os bancários do BB realizaram uma greve de advertência de 24 horas em todo o país. No caso de São Paulo, a paralisação atingiu 90% das agências e 95% dos funcionários. Ela também se estendeu pelo Estado, tendo destaque em Ribeirão Preto, Campinas, Santos e outros municípios.

Fruto desta pressão, na audiência de conciliação realizada no dia 15, no Tribunal Superior do Trabalho, o Banco

do Brasil concordou em ceder 39% de reajuste. Também será estudada a reivindicação de 15% de aumento de produtividade. A contraproposta foi considerada nas assembleias dos bancários do BB como uma importante vitória. Representa o maior aumento salarial desde a implantação do Plano Bresser e, ao mesmo tempo, um golpe na política de arrocho nas estatais.

GREVE NO BACEN

Outro setor que caminha em faixa própria nesta campanha é o dos funcionários do Banco Central. Proibidos de se organizarem em sindicato, neste ano deram uma surpreendente demonstração de força. No mesmo dia 11, paralisaram por uma hora várias agências deste banco. Foi a primeira paralisação na história deste órgão governamental.

Os bancários do Bacen reivindicam 102% de reajuste salarial. Mas, segundo a Associação Nacional dos Funcionários do Banco Central, consideram razoável para as negociações o índice de 39% de aumento concedido pelo Banco do Brasil. Uma paralisação geral no setor comprometeria as operações de câmbio, de comércio e relações exteriores — abalando todo o sistema econômico do país.



Os funcionários do Bacen realizaram a sua primeira greve

CAMAÇARI

As mulheres avançam

Mais de 1.200 mulheres participaram do Segundo Encontro da Mulher de Camaçari, dia 13, quando foi fundada a União de Mulheres daquela cidade baiana. O encontro, realizado no Colégio São Thomaz de Cantuária, reuniu representantes de 18 grupos de mulheres.

O Plano Bresser-Sarney foi muito debatido e criticado, principalmente por suas consequências no orçamento doméstico. A política entreguista do governo foi deplorada, e a suspensão do pagamento da dívida externa foi advogada pelas mulheres. Cada uma das representantes de grupos pedia mudanças radicais, principalmente no que se refere à reforma agrária e mais direitos para o povo na Constituição.

Violência. Este tema é uma presença na vida da maioria das mulheres. A discriminação por parte dos maridos, principalmente, foi a tônica dos discursos. Foi denunciada, igualmente, a utilização de medicamentos ainda em testes, em mulheres de baixa renda, por laboratórios multinacionais.

A secretária do Desenvolvimento Social do município, Maria Auxiliadora Caetano, defendeu a criação da Delegacia da Mulher na cidade, compromisso assumido pelo prefeito Luiz Caetano. O próximo passo é marcar uma audiência com o governador Waldir Pires para conseguir a delegacia.



“A luta está apenas começando”, garante a vereadora Luíza Maia (PCdoB), que vê na criação da União de Mulheres “um instrumento eficaz na luta pela organização popular”. Maria Auxiliadora completa que “o caminho para a libertação das mulheres é por uma sociedade mais justa e o socialismo.”

O prefeito Luiz Caetano frisou o apoio de seu governo à luta das mulheres: cinco dos

12 cargos de primeiro escalão do município são exercidos por mulheres. Além de inúmeras obras que atendem essa vasta parcela da população.

Foi aprovado no encontro uma moção de repúdio ao presidente da Câmara dos Vereadores, José Ellis, conhecido agressor de mulheres, tendo entre suas vítimas a vereadora Luíza Maia. Foi aprovada também moção de pesar pelo assassinato de Maria de São Pedro por seu ex-marido (veja matéria nesta página).

AVANÇO ORGANIZATIVO

O Segundo Encontro de Mulheres de Camaçari, além de aprovar o estatuto da União de Mulheres, criou o Conselho de Mulheres de Bairro, que terá duas representantes em cada grupo de mulheres do bairro — hoje em número de 18, mas que vem sendo ampliado.

O encontro foi uma demonstração de força e vontade da mulher ocupar o lugar que lhe cabe na sociedade. Muitas levaram seus filhos, mas não deixaram de comparecer. A Secretaria de Desenvolvimento Social forneceu almoço para as participantes, o esquema de divulgação e transporte. Até uma creche foi instalada, pelo grupo de jovens da gleba “C”.

Como afirmou Luíza Maia, “acabou-se o tempo em que a mulher não contestava o salário menor e até tarefa doméstica. Isso tudo está mudando, graças à nossa organização”. (da sucursal)

Comunista assassinada

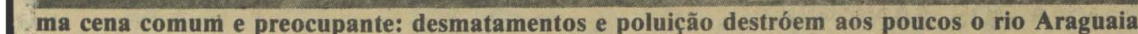
O assassinato da presidenta da Associação dos Moradores do Barão Vila da Barra e membro da União de Mulheres de Salvador, Maria de São Pedro Conceição, pelo ex-marido, Francisco Lima da Silva, causou revolta entre as mulheres baianas. Elas cobram

das autoridades providências contra a constante violência sobre a mulher. “Mariazinha”, como era conhecida, era filiada ao PCdoB e atuante nos movimentos de mulheres, e foi assassinada no dia 10.

Logo após abater Mariazinha com dois tiros, em plena via pública no bairro do Itaigara, o ex-marido tentou suicidar-se com um tiro no ouvido. “Ele armou uma cilada”, denuncia a vereadora Jane Vasconcelos, do PCdoB, “para se omitir do assassinato”.

A criação de um tribunal com todo o sistema judiciário voltado para a questão da mulher, uma sugestão da deputada Bete Azzi, foi lembrada pela constituinte Lídice da Matta, do PCdoB, como sendo a continuidade dos trabalhos da Delegacia da Mulher na Bahia.



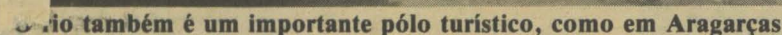


Perigo de destruição

Atualmente a maior ameaça ao rio Araguaia são os desmatamentos e o garimpo. A ação de garimpagem em sua bacia, onde toneladas de cascalho e terra são revolvidas diariamente, provoca a contaminação dos peixes com mercúrio, lama, óleo e graxa. Para o escritor regionalista e conhecedor da área, Carmo Bernardes, os desmatamentos fazem com que as raízes apodrecam.

Quem garimpa na região não é a figura tradicional do garimpeiro, do homem pobre que fica batendo a batéia no rio. Nesta região a ação de garimpagem é desenvolvida por

Além do encontro, outras iniciativas têm surgido no sentido de defender o rio Araguaia e as populações ribeirinhas. O deputado Edmundo Galdino apresentou projeto de lei prevendo a celebração de convênios entre o governo estadual e as prefeituras com o objetivo de desenvolver uma ação conjunta em defesa da auna e flora da região. O parlamentar também quer a autorização do governo para formação de cooperativas de pescadores ribeirinhos para dar condições a estes de manterem suas famílias. Conforme explica, “os ribeirinhos não oferecem ameaça ao Araguaia e sim os latifundiários, que precisam ser fiscalizados e punidos”.
(da sucursal)



ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Jerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.

GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: R. Grande, 921

-Fone: 221-5444 - CEP 65000.
MATO GROSSO - **Cuiabá:** R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - **Campo Grande:** R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - **Belo Horizonte:** R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
PARÁ - **Belém:** R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
PARAÍBA - **João Pessoa:** Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000.
Pernambuco: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 50000.

Lição de amplitude

Desta Conferência participam o P.C. da Albânia (único partido antifascista existente

Nas zonas libertadas, cumpriram a tarefa de governo.

Após a vitória da revolução, o P.C.A. e o poder popular, considerando a importância que a Frente havia jogado neste período e avaliando a nova etapa que se abria para o país, onde a questão da ligação com as massas e a participação direta destas na construção da nova sociedade tinha caráter fundamental, defenderam a manutenção da organização da Frente, enquanto Frente Democrática, resgatando o seu papel histórico e sua tradição. (Carmen Elias)



Tribuna Operária

andar - Centro - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: R. Saldanha Marinho, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80.006. Londrina: R. Sergipe, 984, sala 200, 2º andar - CEP 86100.
PIAUÍ - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000.
PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. do Sossego, 221, Bon Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: R. Jundiá, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - **Porto Alegre:**
R. Vigarão José Inácio, 68r - CEP 90000.
Bento Gonçalves: R. Dr. Casagrande, 58 -
CEP 95700. **Canoinhas:** R. Tiradentes, 130 -
sala 405 - CEP 92010. **Caxias do Sul:** R.
Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. **Pelo-**
tas: R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP
96015. **Cachoeirinha:** Av. Flores da
Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18
horas e aos sábados das 9 às 12 horas.
Santa Maria: R. Mal. Floriano Peixoto,
357, sala 4 - CEP 97015. **Rio Grande:** R.
Guarani, 746 - CEP 96200. **Huil:** R.
15 de Novembro, Edifício Nelson Luchesi,
s. 23, 2º andar - Caixa Postal 643 CEP
98700.

RIO DE JANEIRO - **Rio de Janeiro:** R. 1º
de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 -
CEP 20000. **Niterói:** Av. Amador Peixoto,
370, sala 808 - Centro - CEP 24000. **Duque**
de Caxias: R. Nunes Alves, 40, sala 101 -
CEP 25000. **Nova Friburgo:** Travessa
Rendó Pedreira, 33, sala 319 - CEP 26000.

SANTA CATARINA - **Florianópolis:**

Prça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antonio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817, 1º andar, sala 2 - CEP 18600. Campinas: R. Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17900. Jussara: R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 28, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119 - Caixa Postal 53 - CEP 13560. Uberaba: R. Anísio Ortiz Monteiro, 3 - CEP 12100. São José dos Campos: R. Vilaca, 195, 1º andar, sala 192 - CEP 12200. Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 2º andar - CEP 12200.

SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. - Rua 15 de Novembro, 155 - 1º andar, Caixa 10 - J. J. Cordeiro, Fone: 815-4999 - São Paulo, 1980.

Índio luta pelo que é seu

Lideranças dos índios Xavantes foram até Brasília denunciar a corrupção existente na Funai e exigir a renúncia do seu atual presidente, Romero Jucá Filho. Isto ocorre num momento em que as mineradoras articulam todo o seu lobby na Constituinte para derrubar qualquer empecilho à sua atuação nas reservas indígenas. Para alcançar seus objetivos as empresas mineradoras se utilizam das mentiras mais desavergonhadas, com apoio de setores da imprensa e das Forças Armadas.

Se trava atualmente no país uma surda luta das empresas mineradoras para abocanhar as riquezas minerais existentes nas reservas indígenas. Para conseguir seus objetivos as mineradoras transformaram os índios em bodes expiatórios, acusando-os de impedir o progresso do país. Para acobertar mais este crime contra a nossa população aborígene, se urdiram campanhas mentirosas, como as levantadas pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

"Os nossos filhos morrem de fome" dizem os caciques

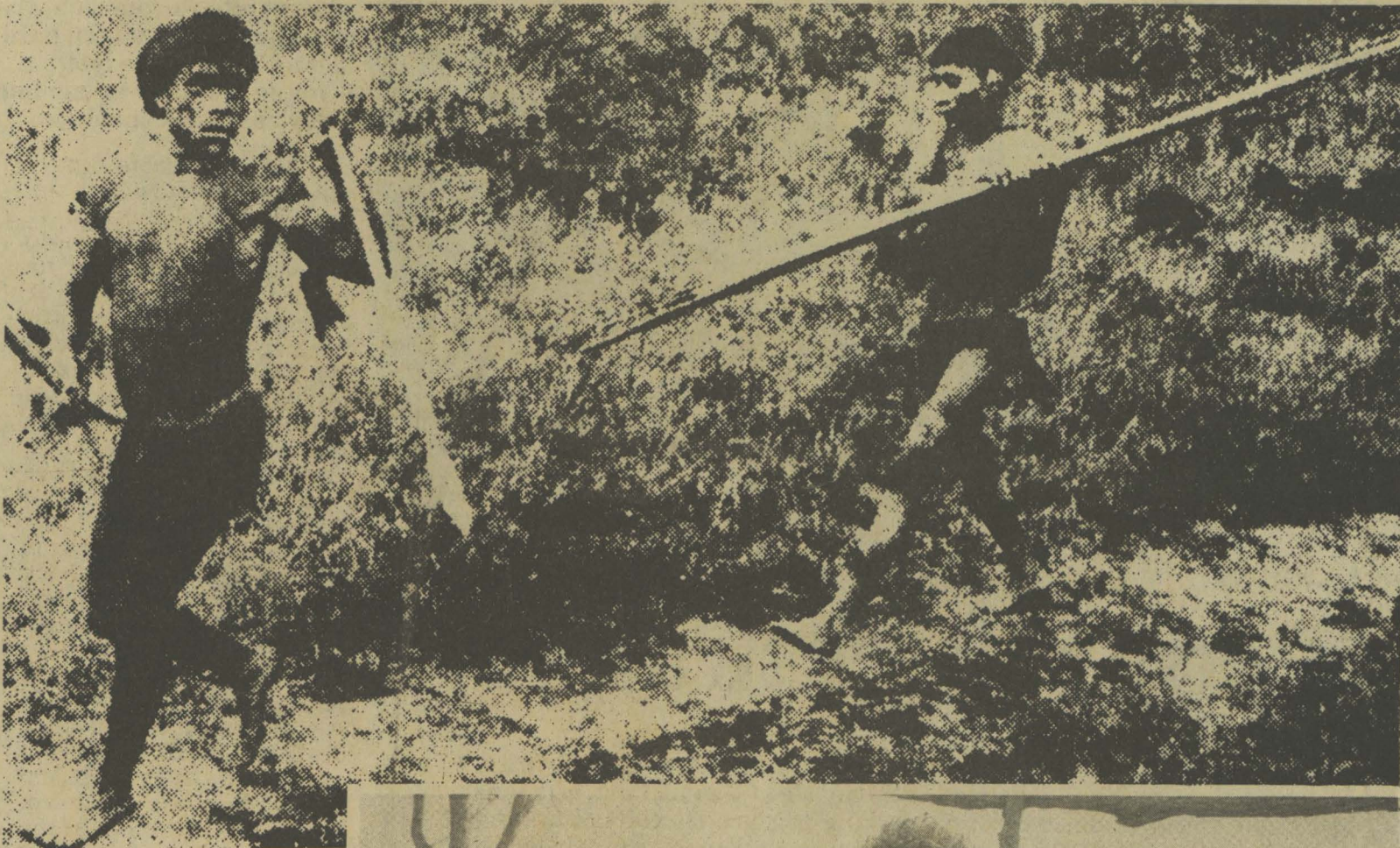
Nesta guerra suja os empresários contam com a ajuda de órgãos governamentais que, teoricamente, deveriam zelar pelos direitos indígenas. É o caso da Fundação Nacional do Índio (Funai) que está envolvida numa teia de corrupção, que vai desde o desvio de verbas até o de ficar complacente com os invasores das reservas indígenas. Há mais de duas semanas cerca de 60 lideranças dos índios xavantes, de Mato

Grosso, estão em Brasília, buscando apoio para que se demita o presidente da Funai. Eles convidaram o deputado Haroldo Lima (PC do B) para relatar as suas dificuldades. Na ocasião, os xavantes entregaram um documento assinado por 55 caciques onde denunciam garimpeiros, fazendeiros e mineradoras de estarem invadindo as terras indígenas com a complacência da Funai.

Com farta documentação e diversos recortes de jornais, eles denunciaram a autorização que Romero Jucá Filho concedeu a superintendentes da Funai para que permitam que mineradoras penetrem em áreas indígenas em diversos estados do país. Os xavantes também se queixam da corrupção generalizada na Funai e afirmam que nunca os índios estiveram tão abandonados. As verbas destinadas à assistência aos índios, segundo os caciques xavantes, estão sendo desviadas por Jucá e seus assessores. "Nossos filhos estão morrendo de fome, doenças, insegurança e falta de assistência, enquanto Romero Jucá arranja verba para alugar dez salas no edifício Venâncio 2000, em Brasília, às escondidas para fazer contratos ilegais com madeiras e mineradoras", afirmam.

UDR monta farsa dizendo que há revolta armada

A outra frente de luta entre índios e as mineradoras está se dando na Constituinte. No primeiro projeto de Constituição apresentado por Bernardo Cabral, se preservava as reservas indígenas e só a União teria direito de explorar as riquezas minerais em suas terras. As



Índios yanomami, de Roraima, enfrentam os garimpeiros e mineradoras que invadem suas reservas

grandes companhias mineradoras nacionais e estrangeiras não aceitaram estas limitações e se lançaram numa grande campanha. Num primeiro momento conseguiram que o substitutivo apresentado por Cabral desse um passo atrás, deixando este assunto em aberto.

A penetração das mineradoras nas reservas indígenas poderá apressar o etnocídio que já vem sendo praticado contra esta raça desde o descobrimento. Em 1500 havia aproximadamente 5 milhões de índios no Brasil e hoje não ultrapassam 230 mil. Em Roraima, onde existe um dos maiores contingentes indígenas ainda preservados da civilização branca, os conflitos nos garimpos tem se avolumado e já deixou vários mortos.

No dia 15 de agosto houve um confronto armado entre índios e garimpeiros na área yanomani chamada Paapi U, próximo ao rio Couto Magalhães. Oficialmente foram mortos cinco índios e um garimpeiro. Apesar da região ser uma área interdita desde 1982 pelo Ministério do Interior, portanto o garimpo era ilegal, os setores conservado-



Foto: Luis Antônio Ribeiro

res, particularmente a União Democrática Ruralista (UDR) alardearam que a Diocese de Roraima estava "insuflando os índios para a revolta armada". Os invasores ainda tentaram se passar por vítimas de uma suposta guerra. O coordenador da UDR no território chegou a afirmar que "os fazendeiros estão se organizando para enfrentar a Igreja e o PC do B".

Segundo informações dos próprios garimpeiros, o governo local e grupos econômicos poderosos financiam estas in-

vasões. Diante de acontecimentos como este os meios de comunicação de Roraima tentam responsabilizar os indígenas pela pobreza e pelo fracasso nos empreendimentos econômicos no território. Assim vão abrindo brechas para que mais áreas indígenas sejam invadidas e sarrupadas de seus verdadeiros donos.

Paulatinamente as mineradoras e garimpeiros invadem as áreas indígenas para dilapidar as riquezas minerais ali existentes. Os índios resistem esporadicamente com saldo de

mortos sempre desfavoráveis a estes. Em 1976, por exemplo, houve o primeiro conflito entre os índios uicás com garimpeiros que exploravam a cassiterita na serra do Surucucu.

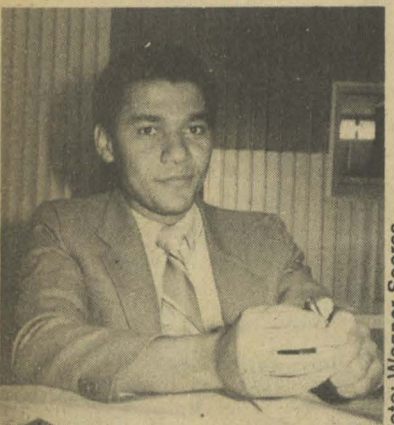
Pouco tempo depois vários índios tucanos e garimpeiros morreram no garimpo da Serra do Traíra, na fronteira do Brasil com a Colômbia. O que se pretende, portanto, é que se pare com este massacre contra os índios, que tentam, apenas, preservar o que é seu. (das sucursais de Brasília e Roraima)



GOIÁS

Pistolagem: um negócio sem recessão

No último dia 27 de agosto, mais um crime foi executado pelos pistoleiros em Goiás, na região de Mossamedes: O padre Francisco Cavazzuti escapou da morte, mas perdeu a visão. "Este e tantos outros que acontecem regularmente em nosso Estado, dão o quadro dramático da situação. A pistolagem profissional tem crescido assustadoramente, não apenas em quantidade, mas sobretudo em qualidade. Transformou-se em verdadeiro ramo de negócios, empregando mão-de-obra especializada e adquirindo aprimorada técnica." Quem dá este depoimento é Edmundo Galdino, deputado estadual pelo Bloco Popular do PMDB de Goiás, ele próprio vítima destes mesmos pistoleiros, tendo ficado paralisado em consequência de um atentado que sofreu em 3 de junho de 1985.



Galdino denuncia a pistolagem

Foto: Wagner Soares

Tão constante quando as violências da pistolagem tem sido a iniquidade das investigações que a elas se seguem, organizadas pelas autoridades policiais. O fato é que a secretaria de segurança pública, segundo Galdino, "não dispõe de instrumentos e recursos para enfrentar a ação dos pistoleiros. Há falta de agentes e policiais especializados com grau de instrução satisfatória". O deputado explica também que "a incompetência e demência da maioria absoluta dos delegados do interior, conhecidos como delegados calças curtas, só contribui para agravar a situação. A dependência para com os prefeitos é total — da alimentação ao combustível para as viaturas. A ação policial, portanto, nunca pode se chocar com os interesses de seu tutor".

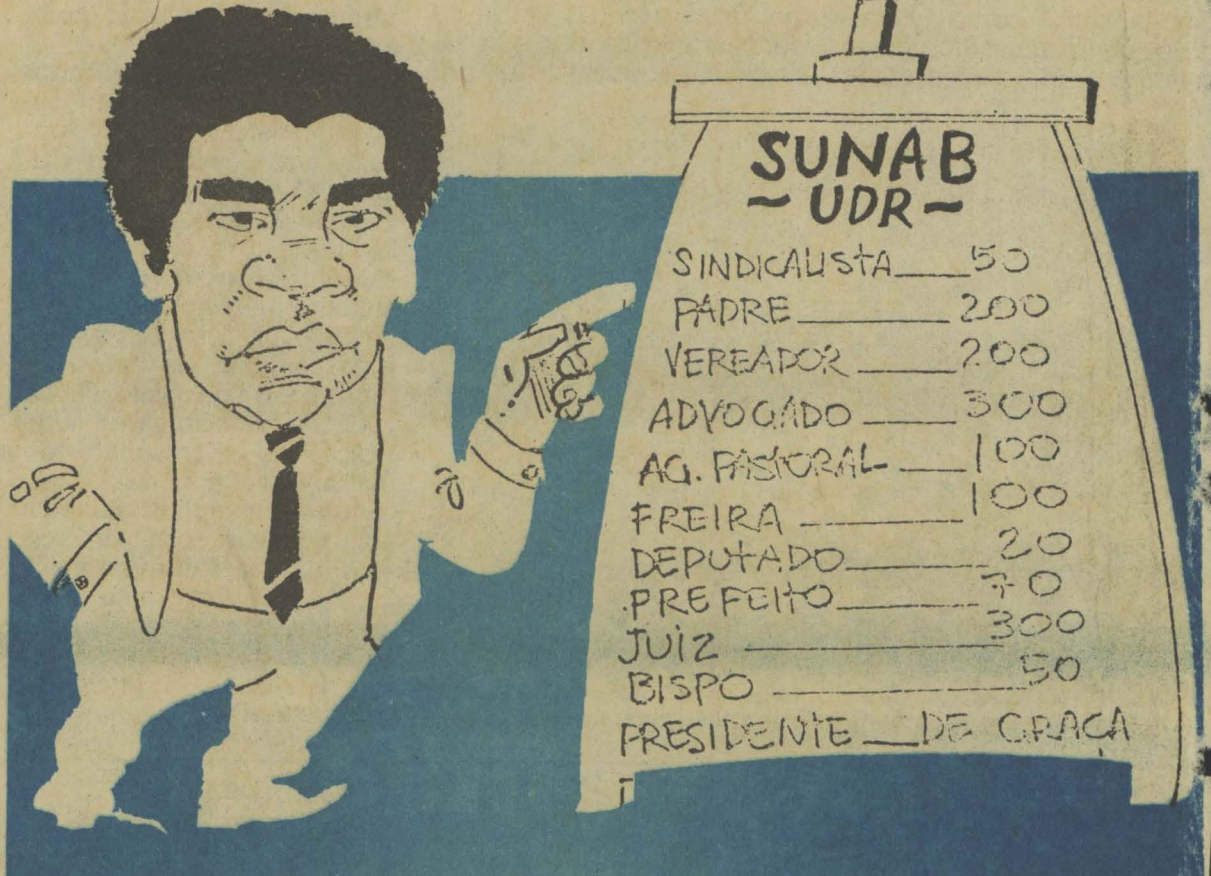
INVESTIGAÇÕES IMPROVISADAS

Com base em análise circunstanciada do dia-a-dia das violências da pistolagem, o deputado Galdino apresentou projeto de lei na Assembleia Legislativa que autoriza o executivo estadual a criar a Delegacia Estadual de Combate ao Crime de Pistolagem — o DECCP. Desta forma, se poderia especializar o combate a este tipo de crime, hoje em dia tratado com investigações improvisadas, levadas a cabo por

pessoas sem capacitação, e que são a garantia certa de que não vão levar a nada. "Geralmente", argumenta Galdino, "suas primeiras providências desconhecem e até destroem importantes provas e indícios necessários para se chegar à autoria do crime e em consequência de seus mandantes. O despreparo leva ao embrutecimento, à violência, à tortura. Suspeitos viram acusados que acabam confessando qualquer crime, quando submetidos a tratamentos cruéis e desumanos. As testemunhas e provas materiais não são consideradas. Não raro os juízes deixam de decretar a prisão preventiva por falta de provas materiais ou por que confissões arrancadas acabam por retornar às delegacias de origem para novas diligências." O deputado denuncia que, ao mesmo tempo, "não são raros os policiais e autoridades envolvidos como co-autores nos homicídios que investigam."

A TABELA DA "SUNAB DA UDR"

No submundo da pistolagem o agenciador é pai e carasco. Quando um pistoleiro cai na desconfiança ou passa a saber demais, os agenciadores promovem a "queima de arquivo": matam os velhos pistoleiros agora indesejados e os substituem por outros novos. Os agenciadores tarimbados chegam ao ponto de financiar



o enterro, chorar o "amigo" perdido e acalentar a viúva informada.

O preço de uma execução varia de acordo com a cotação do mercado. Como ultimamente ele está em alta, os agenciadores inflacionaram o seu preço, abocanham 60% do valor total pago pelo mandante. Há casos desta parcela chegar a 70% conforme as difi-

dades oferecidas pela vítima. (ver tabela ao lado). "A criação da Delegacia Estadual no combate ao crime de pistolagem é uma necessidade que deve ser acompanhada de uma rigorosa depuração dos quadros de nossa polícia não só estadual mas também, a federal. Para frear e aniquilar este tipo de mercado negro, esta delegacia deverá fazer minu-

cioso levantamento dos pistoleiros profissionais, cadastrá-los e desmantelar qualquer agência de pistolagem, afastar e punir policiais envolvidos com a máfia da pistolagem" — esta é a convicção de Edmundo Galdino, sabedor de que a liquidação definitiva destas práticas criminosas somente será conseguida com o fim do monopólio da terra.

Centro de Documentação da Fundação Maurício Grabois